



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Daiana Gorete Alves dos Santos

**SEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTA CATARINA:
análise de alguns indicadores**

Florianópolis
2024

Daiana Gorete Alves dos Santos

**SEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTA CATARINA:
análise de alguns indicadores**

Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Luiz Fachinello.
Coorientadora: Profa. Dra. Lilian Pellegrini.

Florianópolis

2024

Santos, Daiana Gorete Alves dos
Segurança alimentar em SC : análise de alguns
indicadores / Daiana Gorete Alves dos Santos ; orientador,
Arlei Luiz Fachinello, coorientador, Lilian Pellegrini,
2024.

68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Segurança alimentar . 3.
Santa Catarina. 4. Indicadores socioeconômicos. I.
Fachinello, Arlei Luiz . II. Pellegrini, Lilian . III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Econômicas. IV. Título.

Daiana Gorete Alves dos Santos

**SEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTA CATARINA:
análise de alguns indicadores**

Florianópolis, 9 de outubro de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Arlei Luiz Fachinello
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Profa. Lilian Pellegrini
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Carmen Gelinski
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão final e original do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Arlei Luiz Fachinello
Orientador

Florianópolis/SC, 2024

“O único número aceitável para a fome é zero”

José Graziano da Silva

RESUMO

O presente trabalho aborda a segurança alimentar em Santa Catarina, estado que, embora apresente bons indicadores socioeconômicos no contexto nacional, ainda enfrenta desafios relacionados à insegurança alimentar. O objetivo geral deste estudo é analisar a segurança alimentar no estado, comparando seus indicadores com os dados nacionais, a fim de identificar particularidades regionais e compreender as dinâmicas que afetam a segurança alimentar em Santa Catarina. Entre os objetivos específicos estão: examinar os principais indicadores de segurança alimentar no estado e sua evolução ao longo dos últimos anos, comparar esses indicadores com os dados nacionais para identificar semelhanças e divergências, além de investigar as particularidades regionais, considerando fatores socioeconômicos, culturais e geográficos que influenciam a segurança alimentar. A metodologia adotada foi uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, utilizando dados secundários de fontes confiáveis, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados foram organizados em categorias como renda, despesas com alimentação, acesso e consumo alimentar, permitindo uma análise comparativa entre Santa Catarina e o Brasil. Os resultados indicam que, apesar dos avanços, Santa Catarina ainda apresenta uma parcela da população em condições de insegurança alimentar, especialmente entre as famílias de menor renda. Em comparação com o Brasil como um todo, o estado apresenta melhores índices, porém as desigualdades regionais e socioeconômicas continuam a impactar o acesso regular e adequado a alimentos. O trabalho conclui que, para enfrentar os desafios da segurança alimentar em Santa Catarina, é fundamental continuar o monitoramento de indicadores atualizados e promover políticas públicas que garantam o acesso à alimentação saudável, especialmente considerando os grupos mais vulneráveis, como as famílias de baixa renda e as comunidades rurais.

Palavras-chave: segurança alimentar; Santa Catarina; indicadores socioeconômicos.

ABSTRACT

This study addresses food security in the state of Santa Catarina, which, despite showing good socioeconomic indicators at the national level, still faces challenges related to food insecurity. The general objective of this research is to analyze food security in the state by comparing its indicators with national data in order to identify regional particularities and understand the dynamics affecting food security in Santa Catarina. The specific objectives include examining the main food security indicators in the state and their evolution over recent years, comparing these indicators with national data to identify similarities and differences, and investigating regional particularities considering socioeconomic, cultural, and geographic factors that influence food security. The methodology adopted was a descriptive research with a qualitative approach, using secondary data from reliable sources such as the Household Budget Survey (POF) and the Continuous National Household Sample Survey (PNAD) from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). These data were organized into categories such as income, household food expenses, access, and food consumption, allowing for a comparative analysis between Santa Catarina and Brazil. The results indicate that, despite recent progress, Santa Catarina still has a portion of its population experiencing food insecurity, particularly among low-income families. Compared to Brazil as a whole, the state shows better indicators, but regional and socioeconomic inequalities continue to affect regular and adequate access to food. The study concludes that, in order to address the challenges of food security in Santa Catarina, it is essential to continue monitoring updated indicators and to promote public policies that ensure access to healthy food, especially for the most vulnerable groups, such as low-income families and rural communities.

Keywords: food security; Santa Catarina; socioeconomic indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Dimensões e indicadores do Sistema de Monitoramento de SAN adotadas pelo Consea em 2010.....	26
Gráfico 1 – Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, de todos os trabalhos, a preços médios em R\$ – Brasil e Santa Catarina (2018 a 2023).....	41
Gráfico 2 – Aquisição alimentar per capita anual (quilogramas) Brasil e Santa Catarina (2018).....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grau de segurança alimentar por situação de domicílio – Brasil e Santa Catarina (Em %)	37
Tabela 2 – Proporção e tamanho médio das famílias e classe de rendimentos – Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018)	40
Tabela 3 – Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano Brasil e Santa Catarina (2018 a 2023)	42
Tabela 4 – Distribuição de rendimentos e variação patrimonial por origem e em % – Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018)	45
Tabela 5 – Distribuição das despesas das famílias, por renda e em % – Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018)	48
Tabela 6 – Distribuição das despesas das famílias com alimentação, por renda e em % – Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018)	49
Tabela 7 – Ranking dos 10 alimentos que mais impactaram as despesas das famílias, por renda e em %– Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018)	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ACE	Agentes de Combate a Endemias
Caisan	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAN	Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SC	Estado Santa Catarina
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SM(s)	Salário(s) mínimo(s)
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITOS E FORMAS DE MEDIR A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	18
2.1	A evolução do conceito e das formas de monitoramento da segurança alimentar e nutricional.....	18
2.2	Indicadores de insegurança alimentar no Brasil.....	23
3	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM SANTA CATARINA: uma revisão.....	29
3.1	Análise das produções acadêmicas sobre SAN em Santa Catarina: metodologias e resultados.....	29
3.2	Contribuições da economia para o debate da segurança alimentar.....	33
4	ANÁLISE DE INDICADORES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTA CATARINA.....	35
4.1	Características sociodemográficas do estado de Santa Catarina.....	35
4.2	Evolução recente dos indicadores de segurança alimentar na Pesquisa de Orçamentos Familiares.....	36
4.3	Número e tamanho das famílias e classes de rendimento segundo a origem.....	39
4.4	Despesas das famílias e gastos com alimentos.....	45
4.5	Impactos da estrutura fundiária na agricultura familiar.....	53
5	CONSIDERAÇÕES.....	56
	REFERÊNCIAS.....	58
	APÊNDICE A – Síntese das produções encontradas e selecionadas.....	63
	ANEXO A – Escala EBIA.....	67

1 INTRODUÇÃO

A alimentação constitui uma das mais elementares necessidades humanas. Independentemente do lugar, cultura, crença e idade, a não satisfação desta necessidade gera prejuízos à vida humana, tanto material quanto social (Pereira, 2007). Por ser um dos elementos centrais da reprodução social, a alimentação é um meio privilegiado para determinar as condições de vida existentes em uma sociedade e problematizar as relações sociais que permitem sua reprodução (Ribeiro Júnior *et al.*, 2021).

Definir a fome é uma tarefa complexa, uma vez que ela envolve múltiplas dimensões, incluindo sua relação com doenças e outras consequências da ausência prolongada de alimentos. Conforme aponta Salles-Costa *et al.* (2022, p. 38), "esse tipo de fome tem relação direta com a insegurança alimentar e nutricional, causada pela ausência de alimentos diretamente provocada por quadros de pobreza". Para compreender a complexidade da fome, é necessário considerar as interações entre diversos fatores, como as condições sociais, econômicas, políticas e ambientais, que influenciam a produção, distribuição e acesso aos alimentos.

Josué de Castro (2001) enfatiza que, no Brasil, a fome não é uniforme. Em sua obra intitulada "Geografia da Fome, o Dilema Brasileiro: Pão ou Aço", ele analisa as disparidades regionais na disponibilidade de alimentos, na qualidade da dieta das pessoas e nas condições de vida, destacando como ela é mais prevalente em algumas regiões do país do que em outras.

O desenvolvimento da agricultura marcou uma transição significativa na história humana, fornecendo uma fonte mais estável de alimentos e possibilitando a formação de comunidades mais sedentárias. Isso contribuiu para uma maior segurança alimentar, mas também trouxe desafios, como a pressão sobre a terra e o surgimento de desigualdades sociais (Arieira, 2017). No entanto, mesmo com os avanços tecnológicos na agricultura ao longo do século XXI, a fome continua sendo um desafio global.

No Brasil, a primeira vez que foram estabelecidas relações diretas entre a alimentação do trabalhador, suas condições de vida, tipo de moradia e salário ocorreu em 1932, com "O Inquérito Sobre as Condições de Vida das Classes Operárias no Recife", de Josué de Castro. A partir deste trabalho, as condições

alimentares da população passaram a ter maior visibilidade social (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, 2010).

Essa atenção para as condições alimentares revelou que, ao longo dos anos, a prevalência da desnutrição no país, evidenciada por déficits antropométricos e carências de micronutrientes, continuou sendo um problema de saúde pública, afetando de forma mais grave alguns povos e comunidades (Salles-Costa *et al.*, 2022).

Desde o período colonial, o Brasil enfrenta problemas de fome e desnutrição, especialmente entre as populações mais pobres. Ao longo do século XX, apesar do desenvolvimento econômico e de políticas públicas implementadas, o problema persiste, afetando especialmente áreas rurais e urbanas empobrecidas.

Atualmente, o país dispõe de legislações que reconhecem a necessidade de uma alimentação adequada, dentre elas, a Lei 11.346 de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Nela, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Da definição se extrai que a SAN visa assegurar a todas as pessoas o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, de modo a garantir uma alimentação saudável e satisfatória, e que deve ser entendida de forma integrada, sem considerarmos cada área de conhecimento de forma isolada. Essa perspectiva total da SAN¹ reconhece a complexidade do problema e a necessidade de abordar todos esses fatores interconectados. Isso ajuda a desenvolver políticas e estratégias mais abrangentes e eficazes para combater a fome e melhorar a qualidade de vida das populações (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

¹ O conceito de Segurança Alimentar passou por evoluções sucessivas e incorporou outros aspectos para além da disponibilidade de alimentos, integrando também aspectos relacionados à oferta estável e adequada de alimentos, a garantia de acesso e qualidade, “inserindo-se como estratégia de alcance da segurança alimentar a redistribuição de recursos materiais, da renda e da redução da pobreza” (Lima; Sampaio, 2015, p. 98).

As consequências da insegurança alimentar e nutricional² afetam tanto os indivíduos quanto a sociedade como um todo. A falta de acesso a alimentos nutritivos e suficientes pode levar à desnutrição e a uma série de problemas de saúde. Além disso, contribui para as desigualdades sociais e geram impactos no desenvolvimento econômico e ambiental.

Em 2014, o Brasil alcançou uma conquista histórica ao sair pela primeira vez do mapa global da fome (Côrtes, 2021). De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), nesse período houve redução na proporção de pessoas em situação de subalimentação em menos de 5% “limite abaixo do qual se considera que a fome já não é um problema estrutural para o país” (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan, 2016, p. 3). No entanto, segundo a FAO, a partir de 2019, observa-se uma reversão do progresso anterior: o Brasil está retornando à lista de países com dificuldades em garantir níveis adequados de alimentação para sua população (Leite; Leite, 2022).

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II Vigisan), o relatório da FAO (2023) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada no período de 2017-2018, apontam que nos últimos anos o Brasil voltou a apresentar elevados índices de insegurança alimentar. Em comparação com levantamentos anteriores, observou-se um aumento da insegurança alimentar em todas as regiões do país, principalmente na categoria de insegurança alimentar leve (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2020).

Santa Catarina é o estado brasileiro com o menor percentual de famílias em situação de insegurança alimentar grave, registrando em 4,6% (Rede PENSSAN, 2022). Embora o percentual represente numericamente uma porcentagem relativamente baixa, ele equivale a 338 mil pessoas enfrentando fome, sem acesso adequado a alimentos ou com apenas uma refeição por dia.

Sen (2010) enfatiza que a fome é também um indicador crítico do desenvolvimento de um país e destaca a importância de abordá-la como parte de um esforço mais amplo para promover a liberdade, o crescimento econômico, o

² A insegurança alimentar e nutricional ocorre quando a SAN não é garantida integralmente, sendo considerada a forma utilizada para diagnosticar a SAN “por meio de escalas de aferição que consistem em um conjunto de perguntas elaboradas com a finalidade de captar, em nível domiciliar e individual, o acesso aos alimentos” (Salles-Costa *et al.*, 2022, p. 39).

desenvolvimento do capital humano e a democracia, visando alcançar um desenvolvimento mais abrangente e sustentável.

Alinhada a essa perspectiva, a *Agenda 2030*³ prevê planos de ação para combater as desigualdades, injustiças e conter as mudanças climáticas, promovendo um desenvolvimento mais justo. “A agenda destaca a necessidade da erradicação da fome e da pobreza, em suas mais diversas formas e dimensões, vista como um dos grandes desafios das nações” (Salles-Costa *et al.*, 2022, p. 52).

Nesse contexto de busca por um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, é imprescindível considerar medidas eficazes de combate à insegurança alimentar, que envolvam não apenas a falta de acesso físico aos alimentos, mas também a falta de acesso econômico, social e político a uma dieta nutritiva e adequada (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH, 2013).

Avaliar a insegurança alimentar ou quantificar o seu grau de ocorrência, incluindo a complexidade envolvida nesse desafio, requer a utilização de indicadores de natureza e alcance diversos. Alguns indicadores podem oferecer sugestões indiretas com base nas condições relacionadas às especificidades, enquanto outros apontam uma medida direta, baseada na percepção dessas condições por parte dos indivíduos ou das famílias (MDS, 2007).

De acordo com Salles-Costa *et al.* (2022) a construção e a utilização de indicadores que sejam capazes de captar as diferenças de processos caracterizados por escalas de vulnerabilidade e “não apenas desfechos e situações críticos já instalados, são desafios presentes nos processos de pesquisa e na gestão de políticas públicas” (Salles-Costa *et al.*, 2022, p. 58).

Dada à complexidade de avaliação da IA e de suas consequências, é importante analisar os indicadores mais atuais usados para mensurá-la no estado de Santa Catarina. Dados do último censo do IBGE (2023) apontam que o estado ocupa a terceira posição com maior projeção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil; contudo, questiona-se se isso reflete nos indicadores de SAN.

No cenário atual, em que as alterações climáticas, guerras e políticas de austeridade comprometem a segurança alimentar em todo o mundo, faz-se

³ A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

necessário identificar a extensão do problema em Santa Catarina para contribuir no conhecimento existente sobre o tema e no monitoramento frequente da condição alimentar da população catarinense.

Analisar e debater a existência da insegurança alimentar é relevante para identificar regiões e/ou grupos específicos que possam estar em risco e permitir a implementação de intervenções direcionadas. Ademais, o acompanhamento ao longo do tempo contribui para medir o progresso na redução da pobreza e no aumento do acesso a alimentos básicos.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a segurança alimentar em Santa Catarina, comparando seus indicadores com o panorama nacional, a fim de identificar particularidades regionais. Para isso, foi traçado um roteiro com os seguintes objetivos específicos:

- a) Examinar os principais indicadores de segurança alimentar em Santa Catarina e sua evolução ao longo dos últimos anos.
- b) Comparar os resultados desses indicadores com os dados nacionais, buscando identificar semelhanças e divergências significativas.
- c) Investigar as particularidades regionais que influenciam a segurança alimentar em Santa Catarina, considerando fatores socioeconômicos, culturais e geográficos.

A pesquisa utilizou dados secundários obtidos em levantamentos realizados pelo IBGE, com destaque para as informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Assim, caracteriza-se como um estudo descritivo de levantamento de dados, com abordagem qualitativa, pois tem como principal objetivo descrever as características de um fenômeno específico ou estabelecer relações entre variáveis (Gil, 2008).

O trabalho será realizado em três momentos. No primeiro, é apresentada uma análise sobre a evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ao longo do tempo, bem como o desenvolvimento das suas formas de monitoramento em resposta a transformações históricas, políticas e econômicas. A discussão inicia-se com a definição de insegurança alimentar, que, inicialmente, era mensurada exclusivamente por meio do indicador de baixo peso, mas que posteriormente foi ampliada para incluir dimensões biopsicossociais, refletindo a complexidade do tema.

Esse primeiro momento também aborda a evolução da SAN no Brasil, enfatizando a importância das contribuições de Josué de Castro e o papel da mobilização social nas décadas de 1980 e 1990, que culminaram na incorporação de aspectos nutricionais e sanitários nas discussões sobre segurança alimentar. Além disso, a introdução do termo SAN, com a adição do adjetivo "nutricional", evidencia a intersecção de fatores socioeconômicos, culturais e de saúde que influenciam a segurança alimentar.

No segundo momento, realiza-se uma análise das produções acadêmico-científicas sobre Segurança Alimentar em Santa Catarina, dividida em duas seções. Na primeira seção, é apresentada uma revisão sistemática das pesquisas desenvolvidas no estado, que revelou que, das 57 publicações identificadas, apenas 8 abordaram diretamente a temática da segurança alimentar. A análise destaca o papel das universidades na produção de conhecimento local, evidenciando que as pesquisas se concentraram em regiões onde há instituições de ensino superior. Na segunda seção, exploram-se as contribuições da Economia para o debate sobre a Segurança Alimentar e Nutricional, com foco nas publicações apresentadas em eventos acadêmicos relevantes. Observou-se uma quantidade limitada de trabalhos sobre o tema, o que pode ser atribuído à complexidade do fenômeno, que envolve diversos fatores interconectados, além da falta de incentivos institucionais para a pesquisa nessa área.

No terceiro momento da pesquisa, realiza-se uma análise da segurança alimentar em Santa Catarina e no Brasil, utilizando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas do IBGE. A metodologia abrange a coleta de dados das POFs de 2008-2009 e 2017-2018, além da PNAD de 2004, 2013 e 2023, que fornecem informações sobre padrões de consumo e composição familiar. A análise concentra-se na evolução dos indicadores de segurança alimentar, comparando os dados de Santa Catarina com os nacionais. Os dados são segmentados por níveis socioeconômicos, permitindo uma avaliação mais detalhada ao longo do tempo e considerando o contexto econômico entre 2004 e 2023, com foco especial em famílias com rendimento de até dois salários mínimos.

Esses dados serão organizados e sistematizados a partir de questões decorrentes do problema de pesquisa, como os indicadores socioeconômicos e demográficos, disponibilidade alimentar e consumo alimentar, entre outros. Este

momento é imprescindível para que, por fim, os dados possam ser submetidos à análise qualitativa, utilizando também informações sobre o Brasil para efeitos comparativos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITOS E FORMAS DE MEDIR A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O segundo capítulo deste trabalho tem como objetivo fornecer uma base conceitual para a compreensão da segurança alimentar e nutricional (SAN), abordando sua evolução histórica e as formas de mensuração utilizadas ao longo do tempo. Neste referencial teórico, serão discutidos os principais conceitos relacionados à segurança alimentar, com ênfase em como essa questão tem sido abordada tanto em contextos globais quanto nacionais. A partir disso, será possível compreender os diferentes fatores que afetam a segurança alimentar, bem como as implicações das formas de monitoramento e avaliação dessa problemática.

2.1 A evolução do conceito e das formas de monitoramento da segurança alimentar e nutricional

A Insegurança Alimentar refere-se à dificuldade de obter regularmente e de forma sustentável alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem a iminência de restrições no futuro próximo. Até o início dos anos 1990, a insegurança alimentar era frequentemente medida pelo indicador de baixo peso. No entanto, essa medida antropométrica sozinha não conseguia abranger as diversas consequências biopsicossociais da insegurança alimentar (Salles-Costa *et al.*, 2022).

O conceito de Segurança Alimentar surgiu na Europa no início do século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial, quando a soberania nacional tornou-se intimamente ligada à capacidade de garantir o abastecimento interno de alimentos. Essa perspectiva inicial enfatizava a importância de cada país ser autossuficiente na produção alimentar, visando reduzir dependências externas e mitigar vulnerabilidades diante de crises políticas ou militares (Morais *et al.*, 2020).

Após a Segunda Guerra Mundial, especialmente com a formação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, já se evidenciava uma tensão política entre as organizações intergovernamentais recém-criadas. Essa tensão estava relacionada tanto à visão defendida pela FAO, do acesso ao alimento de

qualidade como um direito humano, quanto à perspectiva apoiada por instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, de que a segurança alimentar poderia ser assegurada por meio de mecanismos de mercado, evidenciando a luta política entre os principais blocos em busca de hegemonia (Lehman, 1996).

A discussão sobre os fatores que causam a fome e as estratégias para eliminá-la em escala global avançaram e levaram a uma ampliação do conceito relacionado a esse tema. A partir da Conferência Internacional de Nutrição realizada pela FAO em 1992, o aspecto nutricional e sanitário foi incorporado ao conceito de segurança alimentar, passando a ser referido como SAN (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014).

Maluf (2009) acrescenta que, desde meados do século XX, houve uma evolução na compreensão da SAN, tornando necessária a contextualização das definições. Essas diversas interpretações surgiram em razão da variedade de abordagens e entendimentos sobre o termo. Ademais, o fato de a SAN constituir um objetivo de política pública implica que ela pode ser compreendida de diferentes maneiras e implementada de variadas formas, evidenciando a multiplicidade de interesses e a participação de diversos atores sociais, cada um com distintos graus de influência nas decisões políticas.

No contexto brasileiro, pesquisadores dedicados ao estudo da segurança alimentar ampliaram sua compreensão ao considerar o acesso à alimentação em termos de quantidade e qualidade como um direito humano fundamental, intrinsecamente ligado ao bem-estar e à saúde. Nesse sentido, a SA evoluiu para abranger não apenas a garantia de acesso aos alimentos, mas também a nutrição adequada, caracterizando-se como SAN (Salles-Costa *et al.*, 2022).

A compreensão ampliada de SAN reflete um debate em construção, influenciado por uma variedade de interesses e setores sociais tanto no Brasil quanto internacionalmente. Essa definição é moldada ao longo da história da humanidade e ajusta-se às transformações na estrutura social e nas dinâmicas de poder dentro da sociedade (ABRANDH, 2010).

No Brasil, Josué de Castro foi um dos pioneiros no estudo da fome. Em sua obra "Geografia da Fome", publicada em 1946, ele analisa a fome em várias regiões do país, trazendo uma importante contribuição ao debate. Castro destacou que a fome não se resume à falta de alimentos, mas está profundamente ligada a fatores

sociais, econômicos e políticos. Sua obra evidenciou que o problema tem raízes estruturais, como a desigualdade na distribuição de recursos e a pobreza (Castro, 2001).

Em meados da década de 1980, o objetivo da segurança alimentar passou a fazer parte de uma proposta de política de abastecimento alimentar. Nesse período, a noção de segurança alimentar estava limitada ao controle do estado nutricional das pessoas, principalmente crianças (ABRANDH, 2013).

Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de segurança alimentar no Brasil evoluiu. Antes focado apenas no abastecimento de alimentos, ele passou a incluir também questões nutricionais.

A partir da segunda metade da década de 1980, houve um aumento significativo de mobilizações e movimentos sociais com demandas diversas, abrangendo desde a democratização do país até a redução das disparidades sociais. A mobilização da sociedade civil levou à “realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN)⁴, em 1986, cujas proposições levaram, entre outras, à introdução do qualificativo nutricional à noção de segurança alimentar” (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, 2009, p. 24).

Maluf (2009, p. 17) destaca que “é peculiar da formulação brasileira ter acrescentado o adjetivo “nutricional” à expressão consagrada internacionalmente como “segurança alimentar”. Segundo o autor, o objetivo foi unir os dois principais enfoques que fundamentaram a evolução dessa concepção no Brasil, que são o socioeconômico e o de saúde e nutrição, demonstrando a abordagem intersetorial que guiou a construção do enfoque da SAN (Maluf, 2009).

No debate internacional, a crise global na produção de alimentos levou à Conferência Mundial de Alimentação em 1974, que destacou a necessidade de políticas de armazenamento estratégico e oferta alimentar para garantir a segurança alimentar. Na época, o foco predominante era na produção, com a dimensão dos direitos humanos em segundo plano (ABRANDH, 2013). Assim, a dimensão nutricional passou a receber maior atenção no plano internacional com a realização da Conferência Internacional sobre nutrição, em 1992, organizada pela FAO e Organização Mundial da Saúde (OMS). “A Declaração mundial sobre nutrição nela

⁴ Organizada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), essa conferência teve apenas uma edição, porém desempenhou um papel significativo e precursor no debate sobre SAN no país (Amaral; Basso, 2016).

aprovada asseverou que é essencial o acesso garantido a alimentos nutricionalmente adequados e seguros para o bem estar individual e para o desenvolvimento nacional, social e econômico” (Maluf, 2009, p. 60).

O conceito da SAN avançou para além da garantia da disponibilidade e do acesso aos alimentos. Agora, abrange questões mais amplas, como injustiça social, carência de renda e acesso a terra ou território, além de considerar elementos culturais e a sustentabilidade (Kepple; Segall-Corrêa, 2011). Portanto, a evolução desse conceito está intrinsecamente relacionada aos momentos históricos, econômicos e políticos que influenciaram sua construção.

Internacionalmente, outro marco importante foi a Cúpula Mundial de Alimentação, realizada em 1996, que reconheceu a importância não apenas da disponibilidade de alimentos, mas também da nutrição adequada. A Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação resultante dessa cúpula, enfatizaram a necessidade de abordar questões de nutrição e qualidade alimentar para alcançar a segurança alimentar global (Alencar, 2001). Desde 1996, a FAO compreende que:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável (FAO, 1996).

Na década de 1990, com a realização da Conferência Internacional de Direitos Humanos (1993) e da Cúpula Mundial de Alimentação (1996), a SAN passou a ser associada como uma estratégia promotora do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Ipea, 2002).

Recentemente, o termo tem sido ampliado para abranger outras perspectivas. Atualmente é aceito que os países devem ter soberania para garantir a SAN de suas populações (Custódio *et al.*, 2020) e essa política deve ser norteadada por valores compatíveis com os direitos humanos, dentre eles, o princípio da soberania alimentar que

Implica em cada nação ter o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas alimentares e de produção tradicionais de cada cultura. Esse princípio relaciona-se com o direito de todos de participar das decisões políticas de seu país, cujos governantes devem agir de forma livre

e soberana e de acordo com os direitos fundamentais de seus habitantes (Burity *et al.*, 2010, p. 13).

Essas dimensões foram formalizadas durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Olinda, Pernambuco, em 2004. Atualmente, no Brasil, adotamos o seguinte conceito:

A Segurança Alimentar e Nutricional é o direito de todos ao acesso regular e contínuo a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas. Isso envolve práticas alimentares que promovam a saúde, respeitando a diversidade cultural e sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Burity *et al.*, 2010, p. 13).

Esse conceito reconhece não apenas a produção de alimentos como garantia da SAN, mas também a importância do acesso a recursos naturais essenciais, como terra e água, além de reconhecer os indivíduos como titulares do direito a uma alimentação adequada (Custódio *et al.*, 2020).

Após a implementação da legislação para a SAN no Brasil, diversas iniciativas foram conduzidas com o intuito de desenvolver um sistema capaz de avaliar e monitorar diferentes aspectos (IBGE, 2020). Dentre estas ações,

Destaca-se a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que recomenda a realização contínua de pesquisas amostrais de base populacional relativas ao diagnóstico da SAN no País. Para isto, deve-se utilizar dados e indicadores disponibilizados nos sistemas de informação existentes (BRASIL, 2010b), tais como os dos levantamentos oficiais realizados pelo IBGE (IBGE, 2020, p. 20-21).

O governo colaborou com organizações da sociedade civil para encontrar maneiras de monitorar a SAN no Brasil, bem como os vários programas e políticas que integraram a estratégia de combate à fome. O Sistema de Monitoramento de SAN abriga aproximadamente sessenta indicadores relacionados às seis dimensões da SAN (MDS, 2014).

Nesse contexto, as atividades de monitoramento da SAN no Brasil seguem as discussões em nível internacional, onde há um acordo cada vez maior sobre indicadores e métodos de avaliação da segurança alimentar. Ao mesmo tempo, elas têm características específicas que refletem as prioridades do Brasil (MDS, 2014).

2.2 Indicadores de insegurança alimentar no Brasil

Para avaliar e compreender a SAN de forma mais abrangente, a insegurança alimentar é utilizada como uma métrica em estudos populacionais. Isso é feito por meio de escalas de aferição compostas por um conjunto de perguntas elaboradas para captar, em nível domiciliar e individual, o acesso aos alimentos (Salles-Costa *et al.*, 2022).

O conceito de SAN envolve diversas dimensões e aspectos passíveis de análise. Isso resulta em uma variedade de indicadores que podem ser utilizados para avaliar essa complexa realidade. Essa variedade de interpretações reflete a complexidade da SAN e a necessidade de considerar diferentes perspectivas ao abordar essa questão.

A compreensão da SAN pode variar de acordo com o enfoque dado por diferentes atores e organizações, levando em consideração suas prioridades e valores. A análise da SAN requer uma abordagem abrangente, que leve em consideração não apenas os aspectos nutricionais e alimentares, mas também os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais que influenciam a segurança alimentar das populações em diferentes partes do mundo (IBGE, 2020).

Segall-Corrêa (2008) afirma que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é uma escala psicométrica que consegue mensurar diretamente o fenômeno da insegurança alimentar a partir da vivência e percepção das pessoas afetadas por ela. O uso dessa escala vai além da identificação da dificuldade de acesso aos alimentos, pois também envolve a dimensão psicossocial da insegurança alimentar. Além disso, ela possibilita que tanto os indivíduos quanto os domicílios sejam unidades de análise, podendo ser aplicada por meio de metodologias qualitativas em diferentes contextos socioculturais locais.

As escalas de avaliação direta da insegurança alimentar, como a EBIA, oferecem dados estratégicos para a administração de políticas e programas sociais, pois possibilitam tanto a identificação e quantificação dos grupos sociais em situação de risco de insegurança alimentar quanto à análise de seus determinantes e impactos (IBGE, 2014).

A FAO considera a fome como uma sensação física desconfortável gerada pela quantidade insuficiente de energia. Por décadas, a organização "utilizou a prevalência de subnutrição para estimar a fome crônica no mundo" (Salles-Costa *et al.*, 2022, p. 37).

A FAO sugere como avaliação e monitoramento da segurança alimentar, o método de disponibilidade calórica *per capita*, que é calculado com base no balanço entre alimentos produzidos, exportados e as estimativas de desperdício, sendo o valor obtido transformado em calorias e dividido pelo número de habitantes (Salles-Costa *et al.*, 2022).

Contudo, esse método apresenta desvantagens, pois impede a identificação específica de famílias e indivíduos, não permite a desagregação das informações por região, idade ou gênero e não aborda o acesso real aos alimentos nem a qualidade da dieta (Pérez-Escamilla, 2005).

Pesquisa realizada por Morais *et al.* (2023) evidencia que uma parte significativa da revisão bibliográfica foca nos métodos de coleta de dados utilizados para medir a segurança alimentar. Também aponta que estudos frequentemente empregam questionários padronizados e entrevistas para obter informações detalhadas sobre padrões alimentares, acesso a alimentos e comportamentos relacionados a ela. A literatura também destaca a distinção entre indicadores subjetivos, que se baseiam na percepção das pessoas sobre sua própria segurança alimentar, tais como a EBIA e a Escala Americana; e indicadores objetivos, que utilizam critérios que podem ser quantificados, como os gastos com alimentação (Pérez-Escamilla, 2005).

No Brasil, o principal meio utilizado para medir a insegurança alimentar é a EBIA. Essa escala é formada por 14 questões que avaliam a percepção dos indivíduos sobre a falta de acesso aos alimentos, à qualidade e quantidade dos alimentos consumidos, a preocupação com a falta de alimentos e a redução da qualidade da alimentação. A EBIA é utilizada para classificar os domicílios com segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave (Rede PENSSAN, 2022). É um instrumento validado para a avaliação da insegurança alimentar no país, sendo incorporada inicialmente na PNAD em 2004 e mais recentemente na POF 2017-2018 (IBGE, 2004, 2020).

Pesquisa realizada no ano de 2017 por Morais *et al.* (2023) apontou que 19,1% das publicações sobre indicadores de avaliação da insegurança alimentar,

utilizaram bancos de dados nacionais, dentre eles a POF. Os dados disponíveis na POF permitem coletar informações sobre os hábitos de consumo das famílias brasileiras, bem como as condições socioeconômicas e demográficas. Com base nesses dados, é possível avaliar diferentes aspectos da insegurança alimentar, tais como: os alimentos adquiridos pelas famílias e a disponibilidade domiciliar de alimentos. Além disso, a POF coleta informações sobre a renda, a escolaridade, a ocupação e outras características das famílias, o que permite avaliar a associação entre esses fatores e a insegurança alimentar.

Correa (2007) afirma que uma desvantagem ao utilizar a POF é o fato de ela analisar a disponibilidade no domicílio e não necessariamente reflete no consumo dos alimentos e sua distribuição intrafamiliar. Pérez-Escamilla (2005) além de apontar as mesmas desvantagens, indica também às vantagens existentes e avalia que o uso da POF permite identificar domicílios com insegurança alimentar, “o que é muito útil para a construção de mapas de risco de insegurança alimentar nos níveis local, regional ou nacional” (Pérez-Escamilla, 2005, p. 18). Ademais, o autor compreende que as pesquisas de gastos permitem “triangular a informação e realizar análises de regressão para compreender melhor as causas e consequências da insegurança alimentar” (Pérez-Escamilla, 2005, p. 18).

Desde indicadores diretos, como a quantidade e qualidade dos alimentos consumidos, até indicadores indiretos, como a renda, os pesquisadores convergem na compreensão abrangente e multidimensional da insegurança alimentar.

Apesar dos avanços na análise de indicadores de insegurança alimentar, os desafios para sua mensuração persistem. A complexidade das características, variação cultural e as limitações metodológicas são questões discutidas por autores como Pérez-Escamilla (2005) e Morais *et al.* (2023) que compreendem a necessidade de avanços nessa área de pesquisa, para a elaboração de instrumento de avaliação de insegurança alimentar no Brasil, utilizando indicadores complementares, que envolvam as dimensões de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

Com a consolidação do conceito de SAN no Brasil, oficializado em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), os desafios se tornaram mais complexos, pois o conceito abrange uma ampla gama de situações vivenciadas nos contextos e nos métodos de produção, distribuição e consumo de alimentos (Salles-Costa *et al.*, 2022).

A criação do SISAN exige a implementação de um sistema de monitoramento que forneça regularmente indicadores sobre o progresso na realização do DHAA. Esse monitoramento deve incluir indicadores que alcancem as diversas dimensões da SAN, além de considerar a diversidade cultural, territorial e regional do país, as disparidades de gênero, étnicas e raciais, e a situação específica dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (Consea, 2010).

Oliveira *et al.* (2022) realizaram uma pesquisa documental que aborda o monitoramento e a avaliação da SAN, com foco nas publicações oficiais produzidas nacionalmente entre os anos de 2003 e 2019. O estudo analisou documentos do Consea e da Caisan com o objetivo de compreender como essas instâncias contribuem para o monitoramento e a avaliação dos avanços e retrocessos nos processos relacionados à SAN.

Durante o período analisado, de 2003 a 2019, as autoras observaram uma evolução significativa na abordagem das dimensões de avaliação e monitoramento da SAN. Inicialmente, as ações estavam focadas principalmente na dimensão alimentar, com ênfase no enfrentamento da fome. Gradualmente, houve a incorporação da dimensão nutricional, ampliando os desafios e a necessidade de articulações intersetoriais para consolidar políticas públicas mais abrangentes e eficazes.

Destacaram ainda, que a partir de 2010, houve uma expansão das dimensões abordadas nos documentos analisados, incluindo a dimensão da educação e de processos de fiscalização em relação ao uso de agrotóxicos e transgenia, com sugestões de monitoramento da qualidade dos alimentos.

Em 2010 o Consea elaborou o relatório sobre “A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada – Indicadores e Monitoramento”, com o objetivo de “construir uma metodologia que permitisse reunir indicadores sobre as várias dimensões da promoção da segurança alimentar e nutricional, na perspectiva da realização progressiva do direito à alimentação no Brasil” (Consea, 2010, p. 4).

O órgão apresentou uma matriz com sete dimensões (produção e disponibilidade de alimentos, renda e despesas com alimentação, acesso à alimentação adequada, saúde e acesso a serviços de saúde, educação, políticas públicas e orçamento e direitos humanos) para analisar e debater os indicadores de monitoramento, baseados em modelos teóricos dos determinantes da SAN. Com

base nessa matriz, uma análise foi conduzida para avaliar a evolução dos indicadores e políticas selecionadas, resultando em um relatório que contribuiu para a formulação de uma agenda propositiva na área da SAN (Quadro 1).

Em 2014, Consea buscou implementar o sistema nacional de informação da SAN, com mais de 50 indicadores divididos entre seis dimensões: (i) produção de alimentos; (ii) disponibilidade de alimentos; (iii) renda/ acesso e despesas com alimentação; (iv) acesso à alimentação adequada; (v) saúde e acesso a serviços relacionados; e (vi) educação.

Atualmente, o sistema de monitoramento e avaliação da SAN brasileiro é baseado em sete dimensões, conforme prevê o decreto de número 7.272 de 2010⁵.

A forma de conceituar e monitorar a SAN, e os indicadores selecionados, refletem diferentes perspectivas e propósitos de uso. Ao comparar os indicadores utilizados para o monitoramento da SAN em nível global e no Brasil, o Governo Brasileiro emprega uma combinação de indicadores amplamente reconhecidos internacionalmente, juntamente com outros específicos que atendem às necessidades e prioridades do país (MDS, 2014).

Quadro 1 – Dimensões e indicadores do Sistema de Monitoramento de SAN adotadas pelo Consea em 2010

Dimensão	Indicador
<p style="text-align: center;">1 e 2</p> <p style="text-align: center;">Produção e Disponibilidade de alimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de alimentos; - Disponibilidade interna dos alimentos para consumo humano; - Volume comercializado de frutas e hortaliças, por produto.
<p style="text-align: center;">3</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Rendimento domiciliar per capita; - Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade;

⁵ Conforme prevê o parágrafo 5º do artigo 21 da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 “O sistema de monitoramento e avaliação deverá organizar, de forma integrada, os indicadores existentes nos diversos setores e contemplar as seguintes dimensões de análise: I - produção de alimentos; II - disponibilidade de alimentos; III - renda e condições de vida; IV - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; V - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; VI - educação; e VII - programas e ações relacionadas a segurança alimentar e nutricional” (Brasil, 2010).

<p>Renda e despesa das famílias com alimentação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desigualdade de renda; - Percentual de gastos das famílias com alimentação.
<p>4</p> <p>Acesso à alimentação adequada</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Percentual de macronutrientes no total de calorias na alimentação domiciliar; - Disponibilidade de alimentos no domicílio; - Percentual de domicílios com insegurança alimentar no total de domicílios, por tipo de insegurança alimentar.
<p>5</p> <p>Saúde e acesso aos serviços de saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Índices antropométricos para todas as etapas do curso da vida; - Baixo peso ao nascer; - Prevalência do Aleitamento Materno; - Acesso ao Pré-Natal; - Taxa de Mortalidade Infantil; - Prevalência da anemia ferropriva; - Monitoramento da fortificação das farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico; - Prevalência da hipovitaminose A; - Monitoramento do teor de iodo no sal; - Alimento seguro.
<p>6</p> <p>Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Anos de estudo; - Analfabetismo; - Frequência à escola.
<p>7</p> <p>Políticas públicas, Direitos Humanos e o Orçamento Público.</p>	

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Consea (2010).

3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM SANTA CATARINA: UMA REVISÃO

Este terceiro capítulo tem como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre segurança alimentar e nutricional (SAN) em Santa Catarina. A revisão abrangerá duas partes: a primeira examina estudos publicados em bases de dados científicas, concentrando-se em artigos que analisam a SAN no estado; a segunda, fundamentada em trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, apresenta as contribuições da área de Ciências Econômicas para o debate sobre o tema.

3.1 Análise das produções acadêmicas sobre SAN em Santa Catarina: metodologias e resultados

Para analisar as produções sobre SAN em Santa Catarina, foram conduzidas buscas nas bases de dados das Bibliotecas Eletrônicas Online: SciELO, Lilacs e PubMed, assim como no portal de periódicos da CAPES.

Os descritores utilizados foram "Segurança Alimentar" *and* "Santa Catarina", assim como "Insegurança Alimentar" *and* "Santa Catarina". Também foram realizadas pesquisas com conjuntos de termos de busca bibliográfica para encontrar interseções. No entanto, essa abordagem não trouxe resultados diferentes para a revisão.

Ao todos foram encontrados 59 trabalhos, dos quais 2 eram duplicados, totalizando 57 para análise. Os critérios de seleção incluíram trabalhos publicados que continham pelo menos um desfecho relacionado à análise de indicadores de Segurança Alimentar em Santa Catarina.

Para o objetivo dessa pesquisa, foram selecionados 8 artigos com os termos "Santa Catarina" *and* "segurança alimentar" que avaliaram a insegurança alimentar e nutricional das populações/amostras indicadas, conforme sintetizado no Quadro disponível no Apêndice A.

Dois estudos compararam a situação da segurança alimentar entre estados brasileiros; um deles focou nos três estados do sul do Brasil, enquanto o outro fez uma análise em nível nacional. As demais publicações foram realizadas em Santa Catarina, mas se concentraram em regiões específicas dentro do estado, avaliando grupos particulares, sem abranger o território catarinense como um todo.

Os seis estudos que analisaram alguns grupos do estado de Santa Catarina, utilizaram como método de avaliação a EBIA (Anexo A). Os outros dois estudos, que compararam diferentes estados, basearam-se em dados secundários.

Os trabalhos selecionados apontam o uso predominante da EBIA como método de avaliação da insegurança alimentar, evidenciando que ela é um instrumento que permite maior precisão e confiabilidade na avaliação da insegurança alimentar.

A adoção da EBIA teve origem em um estudo de validação conduzido entre 2003 e 2004⁶, quando foram realizadas tanto etapas qualitativas quanto quantitativas de investigação (Pérez-Escamilla *et al.*, 2004). A organização das perguntas na escala em conjuntos conceituais, juntamente com o método de classificação fornecido, permitem uma estimativa precisa das taxas de segurança alimentar nas unidades domiciliares “não sendo, portanto, recomendada, a utilização de procedimentos analíticos a partir de uma ou mais de suas perguntas, isoladamente, ou qualquer alternativa” (IBGE, 2006, p. 27).

A EBIA utiliza a análise psicométrica com o objetivo de avaliar uma das dimensões da segurança alimentar em uma população, a percepção e experiência em relação à fome. O intuito dessa avaliação é aprimorar a escala, assegurando sua validade interna e sua capacidade de prever os diferentes graus de segurança e insegurança alimentar (MDS, 2014).

A EBIA se destaca como uma ferramenta eficaz para diagnosticar a insegurança alimentar no Brasil, pois avalia a percepção e experiência de insegurança alimentar no nível domiciliar. Ela oferece uma medida confiável que reflete o acesso aos alimentos e captura a realidade vivida pelos membros da família (Segall-Corrêa, 2007).

Por meio da análise psicométrica, a EBIA não apenas busca quantificar, mas também compreender as experiências das pessoas que enfrentam a insegurança alimentar e a fome. Essa abordagem busca estabelecer indicadores diretos que

⁶ Em 2003, o primeiro uso da EBIA foi propiciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou um conjunto de pesquisas, mediante projeto coordenado pela Universidade de Campinas (Unicamp), com aplicação de escala para estimar a prevalência de segurança alimentar em várias cidades brasileiras. Em 2004, foi incorporada ao suplemento de segurança alimentar da PNAD. Financiado à época pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, permitindo o primeiro diagnóstico, no Brasil, de segurança alimentar e insegurança alimentar com abrangência nacional. No ano de 2006, esse diagnóstico foi atualizado através do uso da EBIA na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), do Ministério da Saúde (IBGE, 2004).

capturem as diferentes dimensões do fenômeno observado, permitindo uma compreensão mais abrangente e aprofundada da insegurança alimentar (Athila, 2020).

Consciente de que a insegurança alimentar é um processo progressivo, gerenciado de forma distinta em nível domiciliar e individual, a EBIA emerge como uma ferramenta indispensável para a avaliação e monitoramento da SAN no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes nessa área (Athila, 2020).

Dos trabalhos que utilizaram a EBIA, ficou evidente a ligação entre a insegurança alimentar e as condições socioeconômicas desfavoráveis, como baixa renda e trabalho precário, indicando que a renda tem um impacto significativo na insegurança alimentar e nutricional. Segundo Maluf e Menezes (2000 *apud* Costa, 2013), o principal conceito da SAN está relacionado com a capacidade financeira de adquirir alimentos em quantidade e qualidade suficientes.

Observa-se ainda, que foram encontradas altas taxas de excesso de peso e obesidade em populações afetadas pela insegurança alimentar, evidenciando que não há somente dificuldade de acessar alimentos, mas também de acessar alimentos saudáveis.

Das publicações selecionadas sobre a temática, observa-se que a discussão teórica acerca do tema é recente e acompanha a evolução do conceito, a complexidade crescente dos desafios alimentares e a interconexão com outras questões fundamentais para o bem-estar social.

Apesar de o atual conceito da SAN abranger as diferentes áreas do conhecimento, a maioria dos trabalhos selecionados foi elaborado por profissionais/pesquisadores da área da saúde, mais especificamente, da Nutrição, com exceção do artigo: “Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros”, no qual uma das autoras é bacharel em Medicina, Maria Helena D’Aquino Benício, e a outra, em Química, Leonor Maria Pacheco dos Santos.

Além disso, os trabalhos também ressaltaram a importância das universidades no processo de produção do conhecimento local, pois parte das pesquisas concentrou-se em áreas onde existem instituições de ensino superior.

Esse aspecto enfatiza a importância das universidades como centros de produção, disseminação e aplicação do conhecimento em nível local e sugere que as universidades desempenham um papel importante no desenvolvimento e na

compreensão das questões locais/regionais, pois podem abordar desafios específicos, identificar soluções adaptadas às suas necessidades e contribuir para o avanço socioeconômico das regiões onde estão inseridas.

3.2 Contribuições da economia para o debate da segurança alimentar

A segunda etapa do processo de pesquisa considerou os trabalhos publicados nas edições do encontro nacional de economia, realizadas entre os anos de 2001 a 2023; de trabalhos publicados nas edições do encontro de economia da região sul, realizadas entre os anos 2016 a 2023 e nos encontros da associação de pesquisadores em economia catarinense, realizados entre os anos 2007 a 2023.

O critério para o recorte temporal considerou as edições cujos anais estivessem disponíveis para consulta pública nos *sites* dos eventos. As buscas consideraram as expressões de interesse da pesquisa: “Santa Catarina” and “segurança alimentar”.

Nas edições do Encontro Nacional de Economia foram encontrados 3 (três trabalhos):

- 51º encontro/2023: **Efeitos dos preços de alimentos e segurança alimentar: evidências para os domicílios brasileiros**. Aline Caroline Rodrigues; Maritza Rosales; Lorena Vieira Costa. Área temática: Economia Social e Demografia Econômica;
- 50º encontro/2022: **Análise Espacial da Insegurança Alimentar No Brasil No Século XXI**. Ohanna Larissa Fraga Pereira; Caroline Lucion Puchale. Área temática: Economia Social e Demografia Econômica;
- 47º encontro/2019: **Intempérie climática e política de proteção social: uma avaliação do programa garantia safra no combate à insegurança alimentar**. Wesley de Freitas Barbosa; Ricardo Brito Soares. Área temática: Economia Agrícola e do Meio Ambiente.

Nas edições do Encontro de Economia da Região Sul foram encontrados 2 (dois) trabalhos:

- 25º encontro/2022: **Vulnerabilidade à insegurança alimentar no Brasil: um olhar sobre os dados da POF 2017-2018**. Rafael Do Amaral Santiago (Universidade Federal de Rio Grande – FURG); Márcio Nora Barbosa (FURG); Leonel Dos Santos Silveira (FURG); Eduardo André Tillmann (FURG). Área temática: Economia Regional e Urbana;
- 24º encontro/2021: **Salário mínimo nacional e segurança alimentar: uma análise para o período de 2004, 2009 e 2013**. Alberth Martins Batista

(Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste); Roselaine Navarro Barrinha (Unioeste); Talita Egevardt De Castro (Unioeste).

Nas edições do Encontro da Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense 1 (um) resumo:

- 8º encontro/2014: **Segurança alimentar e agricultura familiar: um mapeamento da produção científica brasileira no banco de teses da CAPES (2012)**. Dimas de Oliveira Estevam (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC); Carla Spillere Busarello (UNESC) Giovana Ilka Jacinto Salvaro (UNESC). Área temática: Economia rural e agricultura familiar.

Observa-se, portanto, que dentro do campo das Ciências Econômicas, relacionadas ao tema de interesse da pesquisa, nota-se uma quantidade limitada ou reduzida de trabalhos produzidos. Possivelmente, em razão das Ciências Econômicas ser uma ciência abrangente, que permite estudar uma variedade de tópicos: produção, distribuição e consumo de bens e serviços, políticas econômicas, sistemas financeiros, comércio internacional, desenvolvimento econômico, crescimento, inflação, desemprego, entre outros.

No entanto, vários fatores podem estar associados à baixa produção sobre esse tema, incluindo: a preferência por tópicos tradicionais, a complexidade do fenômeno — que abrange aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais — e a falta de incentivos institucionais para pesquisar e escrever sobre insegurança alimentar e nutricional, entre outros.

4 ANÁLISE DE INDICADORES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM SANTA CATARINA

O quarto capítulo deste trabalho analisa os indicadores de segurança alimentar em Santa Catarina e no Brasil. A investigação baseia-se na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), permitindo uma avaliação da segurança alimentar e nutricional no estado em comparação ao cenário nacional. Com isso, busca-se contextualizar a situação e identificar os principais fatores que influenciam os níveis de segurança alimentar em Santa Catarina.

4.1 Características sociodemográficas do estado de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina, localizado no Sul do Brasil, tem 295 municípios e uma história socioeconômica marcada por uma série de influências que moldaram sua formação territorial e econômica ao longo dos séculos.

A formação econômica e social reflete a interação constante entre elementos naturais e humanos, evidenciando como os territórios foram explorados de acordo com suas potencialidades naturais e as necessidades econômicas e demográficas de cada período histórico (Rocha, 2016). Essa formação histórica explica a grande diversidade regional de Santa Catarina, com diferentes padrões de ocupação do espaço e atividades econômicas predominantes em cada região (Pereira; Vieira, 2018).

No contexto econômico, Santa Catarina foi conquistada e colonizada tardiamente, principalmente devido ao clima subtropical e à vegetação predominante, que dificultavam a produção comercial que atendesse aos interesses da metrópole portuguesa. A exploração das terras do planalto iniciou-se com os paulistas no século XVIII, estabelecendo a pecuária extensiva nas áreas de campos naturais, enquanto a pequena produção posseira cabocla se desenvolvia nas terras florestadas (Pereira; Vieira, 2018).

Ao longo do século XIX, as colônias fundadas na região logo evoluíram além da fase agrícola, alcançando a industrialização. A ocupação do planalto foi dificultada pela falta de infraestrutura de transporte e pela distância dos centros populacionais, mas gradualmente novos núcleos coloniais foram estabelecidos,

contribuindo para a expansão da colonização e desenvolvimento econômico da região (Pereira; Vieira, 2018).

De acordo com Goularti Filho (2002) o processo de diversificação da base produtiva em Santa Catarina começou a se intensificar na segunda metade dos anos de 1945. Nesse período, setores como a indústria metal-mecânica, de papel, pasta e celulose, e cerâmicas se destacaram, impulsionando o desenvolvimento econômico da região. Essas indústrias foram marcos importantes que consolidaram a economia catarinense, contribuindo para sua diversificação.

Ainda segundo o autor, a partir dos anos 1945, Santa Catarina viu a ampliação de diversos setores industriais, incluindo têxtil, eletrônica, cerâmica, plástico e agroalimentar. Esse movimento foi crucial para o desenvolvimento econômico regional, proporcionando a geração de empregos e a criação de riqueza. A diversificação da base produtiva não apenas estabilizou a economia local, mas também assegurou o crescimento contínuo e a consolidação de um parque industrial diversificado e dinâmico.

As particularidades de Santa Catarina ajudam a entender a evolução dos indicadores recentes de segurança alimentar no estado. Analisando as transformações no cenário econômico e social catarinense, pode-se perceber como esses elementos impactam o desenvolvimento econômico da região.

4.2 Evolução recente dos indicadores de segurança alimentar na Pesquisa de Orçamentos Familiares

Os dados resultantes das POFs conduzidas nacionalmente pelo IBGE são considerados relevantes para a formulação de políticas nutricionais ao fornecerem estimativas da disponibilidade de alimentos e nutrientes (Enes; Silva, 2009).

As POFs tem o objetivo de coletar informações detalhadas sobre os padrões de consumo das famílias brasileiras e fornecer dados sobre a composição e os gastos familiares com alimentos e outras despesas. A pesquisa desta forma permite análises sobre a distribuição de renda, o acesso a alimentos e a segurança alimentar das famílias no país, informações fundamentais para o planejamento e a formulação de políticas públicas.

Para Mondini e Monteiro (1994), as POFs produzem informações segmentadas de acordo com diferentes níveis socioeconômicos e geográficos,

viabilizando análise de grupos específicos e avaliação das despesas com alimentos ao longo de séries temporais, o que contribui para constatar mudanças nos padrões de consumo.

Os dados sobre insegurança alimentar coletados pela POF de 2008-2009 e 2017-2018 foram disponibilizados nos relatórios de divulgação da pesquisa realizada pelo IBGE. A análise desses dados, juntamente com os resultados dos suplementos da PNAD sobre segurança alimentar para os anos de 2004, 2013 e 2023 permitiu observar a variação do indicador ao longo do tempo.

A POF 2017-2018 incluiu a aplicação da EBIA, construída a partir de quatorze perguntas sobre a situação alimentar no domicílio nos três meses anteriores à entrevista (Valadares, 2022). As respostas a essas perguntas geram uma pontuação por meio da qual é imputado ao domicílio um grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave). A justaposição dos resultados de 2004, 2013, 2018 e 2023, com separação entre população de Santa Catarina e Brasil pode ser vista na Tabela 1.

Pode-se observar que no Brasil a SAN aumentou de 60,3% em 2004 para 72,4% em 2023, enquanto em Santa Catarina passou de 81,2% para 88,8%. Em Santa Catarina, a proporção dos domicílios em segurança alimentar que era de 81,2% em 2004, aumentou para 88,9% em 2013, reduziu para 86,9%, em 2018, e em 2023 praticamente repetiu o índice de 2013. A insegurança alimentar grave no estado parte de 2,1% dos domicílios no ano de 2004 sob esta condição, para 1,5% em 2023. O indicador de insegurança alimentar moderada decaiu no estado, de 4,8% em 2004, para 1,6% em 2023, ao passo que o dado de insegurança alimentar leve reduziu no comparativo com 2004, mas aumentou de 7,5% em 2013 para 8% em 2023.

As atuais proporções de segurança alimentar no Brasil indicam melhora nos resultados quando comparados a POF 2017-2018, mas ainda inferiores a 2013. Conforme pode ser observado na Tabela 1, em 2013 a proporção dos domicílios em segurança alimentar no Brasil era de 77,4% passando para 72,4% em 2023. Já a proporção de domicílios em insegurança alimentar leve aumentou de 14,8%, em 2013, para 18,2%, em 2023. Os indicadores de insegurança alimentar moderada e grave, também computaram altas em 2023 em relação a 2013: de 4,6% para 5,3% e de 3,2% para 4,1%, respectivamente.

É importante lembrar que entre 2004 e 2013 o panorama econômico do Brasil apresentou notáveis melhorias na renda e na qualidade de vida das famílias mais pobres, acompanhadas por uma redução na taxa de desemprego e uma expansão substancial do crédito. Esse desenvolvimento fortaleceu o mercado doméstico e desempenhou um papel importante na resiliência da economia diante da crise global de 2007-2008 (Cruz *et al.*, 2012). Políticas governamentais, como a valorização real do salário mínimo (SM) e os programas de transferência de renda, contribuíram para a mudança na estrutura social do Brasil, elevou a renda e ampliou o acesso aos bens essenciais para muitos brasileiros, promovendo um acesso mais equitativo aos bens e uma melhor qualidade de vida (Cruz *et al.*, 2012).

No entanto, esse ritmo não se manteve, pois o país enfrentou uma recessão iniciada no segundo trimestre de 2014, representando a mais intensa e prolongada diminuição da atividade econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Oreiro, 2017).

Enquanto o Brasil como um todo mostrou variações mais expressivas na segurança alimentar ao longo dos anos, Santa Catarina manteve-se relativamente estável e apresentou melhores índices de segurança alimentar em comparação ao cenário nacional.

Ferreira e Vieira (2011) avaliam que a formação socioeconômica de Santa Catarina favorece uma menor desigualdade social. Isso se deve principalmente ao desenvolvimento econômico baseado na pequena propriedade, além das características das relações políticas, econômicas, sociais e jurídicas que promoveram uma distribuição mais igualitária de renda e riqueza ao longo do tempo, que também favoreceram o crescimento de atividades comerciais e industriais no estado.

Tabela 1 – Grau de segurança alimentar por situação de domicílio – Brasil e Santa Catarina (Em %).

Situação de SAN	PNAD 2004		PNAD 2013		POF 2017-2018		PNAD 2023	
	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil	SC
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Com segurança alimentar	60,3	81,2	77,4	88,9	63,3	86,9	72,4	88,8
<i>Com insegurança alimentar</i>	39,7	18,5	22,6	11,1	36,7	13,1	27,6	11,2
Com insegurança alimentar leve	18,0	11,7	14,8	7,5	24,0	9,0	18,2	8,0
Com insegurança alimentar moderada	14,1	4,8	4,6	1,9	8,1	2,1	5,3	1,6
Com insegurança alimentar grave	7,7	2,1	3,2	1,7	4,6	2,0	4,1	1,5

Fonte: elaborado pela autora com dados do POF/PNAD/IBGE.

Na próxima seção, serão apresentados alguns dados de Santa Catarina e do Brasil relativos à insegurança alimentar visando contextualizar a situação atual e reunir informações básicas para debater o desenvolvimento socioeconômico do estado.

4.3 Número e tamanho das famílias e classes de rendimento segundo a origem

A análise comparativa dos dados sobre o tamanho médio das famílias e sua distribuição por local de residência e faixa de renda, considerando a POF de 2008-2009 e 2017-2018, revela que, no Brasil, o crescimento no número de famílias foi menos expressivo em comparação com Santa Catarina. Além disso, apesar da diminuição no número de membros por família, estas continuam maiores em relação às do estado. Essas tendências são evidenciadas na Tabela 2.

Os dados demonstram que, entre 2008 e 2018, houve um aumento de 19,37% no total de famílias no Brasil, enquanto em Santa Catarina esse crescimento foi maior, alcançando 27,95%.

Em relação ao número médio de membros por família, a Tabela 2 indica uma redução em ambos os contextos domiciliares. Em Santa Catarina, por exemplo, o tamanho médio de uma família era de 3,09 pessoas em 2008, caindo para 2,78 em 2018. No Brasil, o tamanho médio das famílias em 2018 foi de 3,00, evidenciando um aumento na diferença média de membros por família em relação à Santa Catarina, passando de 0,21 pessoa em 2008 para 0,22 pessoa em 2018.

O aumento no número de famílias, aliado à diminuição do seu tamanho médio, inclusive entre os segmentos populacionais de menor renda, pode ser explicado por uma série de transformações sociais e econômicas. O envelhecimento da população, por exemplo, tem levado à formação de novas unidades familiares a partir da saída de membros mais jovens dos lares de origem (Leone, Maia e Baltar, 2010). Além disso, o crescimento do número de domicílios unipessoais e de casais sem filhos, especialmente entre os idosos, conforme observado por Becceneri, Brusse e Aparicio (2021), e a redução da fecundidade, que se intensificou nos últimos anos, especialmente entre os estratos socioeconômicos mais baixos (Leone, Maia e Baltar, 2010), são fatores que contribuem para essas mudanças na estrutura familiar.

Um menor número de pessoas por domicílio leva a uma maior disponibilidade de recursos para a aquisição de bens e serviços. Essa redução, embora não garanta a saída da família da situação de pobreza, altera a estrutura das despesas domésticas, resultando em uma menor parcela do orçamento destinada ao consumo de alimentos (Torres; Bichir; Carpim, 2006). Corroborando com essa tendência, o inquérito divulgado pela Rede PENSSAN (2022) constatou que a insegurança alimentar em 2022 foi maior nas famílias com crianças menores de 10 anos e nos lares com três ou mais pessoas com até 18 anos.

A relação entre classes de renda e o tamanho das famílias pode ser observada na Tabela 2 ao analisarmos os dados de renda familiar total de 2008 e 2018 para famílias com até dois SMs. Nota-se um aumento na proporção de famílias nessa faixa de renda, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil.

Esses indicadores mostram a persistência histórica das disparidades socioeconômicas entre o estado de Santa Catarina e a média brasileira (Cancian *et al.*, 2013; Ferreira *et al.*, 2011) e refletem variações regionais nas condições econômicas e sociais. A redução dos rendimentos do trabalho levanta questões sobre a estabilidade e a qualidade do emprego, pois mesmo trabalhadores formais, que recebem um SM nominal, têm dificuldades para cobrir as despesas básicas com alimentação. Isso evidencia que situações de desemprego e baixos salários são os principais fatores que contribuem para a pobreza alimentar das famílias.

Alguns estudos relacionam a presença de insegurança alimentar à menor renda (Fávaro *et al.*, 2007; Salles-Costa *et al.*, 2008; Vianna; Segall-Corrêa, 2008), uma vez que esse indicador é um determinante crucial para o acesso a uma alimentação adequada e suficiente. Famílias com baixa renda costumam enfrentar dificuldades para adquirir alimentos nutritivos, aumentando a insegurança alimentar. Inclusive famílias compostas por indivíduos que trabalham, ter um emprego muitas vezes não evita dificuldades econômicas devido aos baixos salários e à precarização das condições laborais (Queiroz *et al.*, 2022).

Tabela 2 – Proporção e tamanho médio das famílias e classe de rendimentos – Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018).

Situação do domicílio ⁷	2008				2018			
	Brasil		Santa Catarina		Brasil		Santa Catarina	
	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs
Número de famílias	57.816.604	12.503.385	1.976.291	217.273	69.017.704	16.737.438	2.528.693	301.491
Tamanho médio das famílias	3,30	3,07	3,09	2,53	3,00	2,72	2,78	2,12
Proporção	100	21,63	100	11,00	100	24,25	100	11,92

Fonte: elaborado pela autora com dados do POF/IBGE.

O Gráfico 1 apresenta os valores para o Brasil e o estado de Santa Catarina de 2018 a 2023 e demonstra tendências e variações ao longo dos anos. A comparação de variação percentual dos rendimentos médios entre Brasil e Santa Catarina de 2018 a 2023 oferece uma perspectiva sobre o comportamento econômico dessas regiões ao longo dos anos.

Em 2019, a renda média no Brasil registrou uma queda de aproximadamente 0,46% em relação a 2018, passou de R\$ 3.052,00 para R\$ 3.038,00. No mesmo período, Santa Catarina viu um aumento nos salários de cerca de 2,63% em relação a 2018. Entre os anos de 2019 a 2021, tanto o Brasil quanto Santa Catarina apresentaram a tendência de declínio com uma redução de cerca de 4,54% e 6,11% respectivamente. A diminuição da renda média no Brasil persistiu em 2022, com uma redução de cerca de 0,38% em comparação a 2021. Em contrapartida, Santa Catarina registrou um aumento de cerca de 3,13% no mesmo período.

Em 2023, o Brasil mostrou sinais de recuperação, com a renda média aumentando de R\$ 2.889,00 para R\$ 3.092,00, uma variação de 7,04%. Santa Catarina também manteve sua trajetória de recuperação, registrando um aumento de aproximadamente 3,74% na renda média.

Ao comparar os dados de Brasil e Santa Catarina, nota-se que em todos os anos, os valores de Santa Catarina foram superiores aos do Brasil. Esse fato sugere que Santa Catarina, mesmo enfrentando quedas em alguns períodos, mantém um desempenho relativamente melhor. A recuperação notável em 2023 para ambos

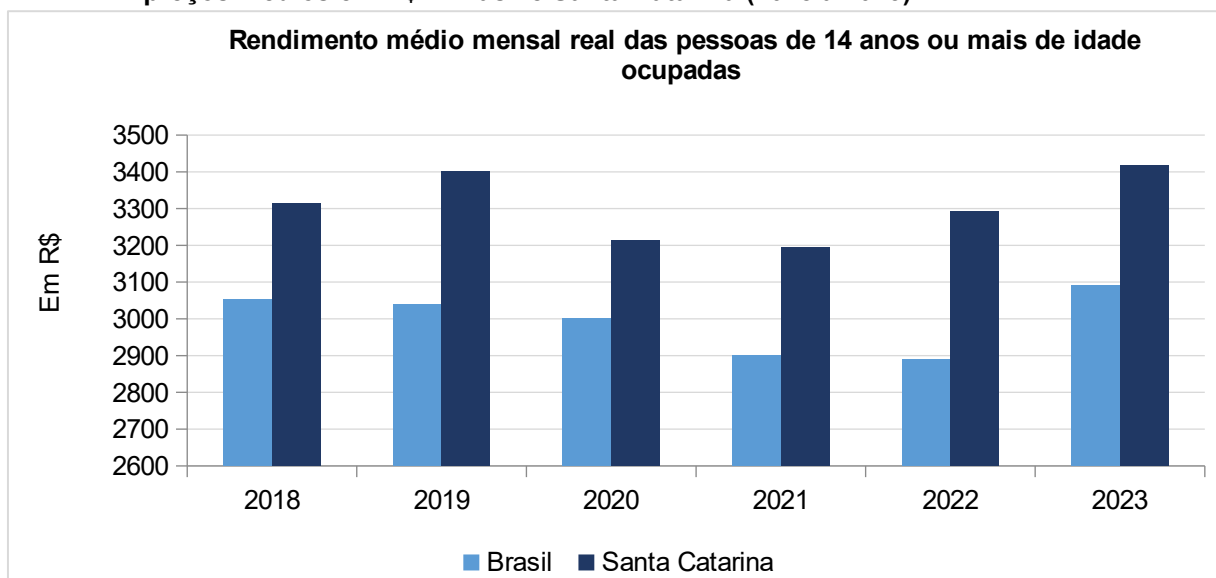
⁷ Se, por exemplo, duas famílias vivem em casas separadas em um mesmo terreno, mas uma arca com as despesas de moradia e alimentação da outra, consideram-se essas duas casas como apenas um domicílio (Medeiros; Osório; Varella, 2002).

indica uma possível melhoria nas condições econômicas após um período de instabilidade.

As variações nos valores também podem ser influenciadas por fatores externos, como a pandemia de COVID-19, que afetou economias globais de maneiras diferentes. Depois do surgimento da pandemia causada pelo novo coronavírus, o Brasil também tem lidado com uma crise econômica e social, resultando em uma rápida diminuição da renda das famílias e no aumento alarmante da fome entre as camadas mais vulneráveis da população (Heinen; Mattei, 2021).

A recuperação antecipada de Santa Catarina em 2022 é indicativo de uma maior capacidade do estado em lidar com crises e desafios econômicos. Essa agilidade pode ser resultado de uma estrutura econômica que permite uma adaptação mais rápida às mudanças.

Gráfico 1 – Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, de todos os trabalhos, a preços médios em R\$ – Brasil e Santa Catarina (2018 a 2023).



Fonte: elaborado pela autora com dados do PNADC/IBGE.

Conforme observado na Tabela 3, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina, a pandemia afetou a desigualdade de renda, levando a um aumento temporário no índice de Gini, seguido por uma redução e estabilização posterior (Carvalho, 2024).

A Tabela 3 indica ainda, como ao longo do período, 2018 a 2023, Santa Catarina manteve menor concentração de renda, apesar das variações ao longo dos anos.

No ano de 2023, o rendimento médio do Brasil cresceu 7% em relação a 2022, mas a desigualdade social seguiu em alta, indicando uma diferença na distribuição de renda.

Em uma pesquisa sobre a desigualdade de renda em Santa Catarina no período de 1970 a 2010, Reginatto (2015) constatou que Santa Catarina é o estado com a menor desigualdade de renda entre as Unidades da Federação. Essa conclusão também foi alcançada por Ferreira e Vieira (2011), ao examinarem as razões pelas quais Santa Catarina historicamente apresenta níveis mais baixos de desigualdade de renda.

Para medir a desigualdade de renda, utiliza-se principalmente o índice de Gini. Segundo Jannuzzi (2006), esse índice pode ser calculado a partir de dados de renda organizados em intervalos de classe, abrangendo renda familiar, renda per capita ou renda proveniente do trabalho. O índice de Gini varia de zero, representando uma distribuição perfeitamente igualitária a um, indicando extrema desigualdade.

O Brasil é conhecido por sua elevada desigualdade de renda do mundo Campello *et al.* (2018). De acordo com os dados mais recentes, o índice de Gini do Brasil está em torno de 0,518, indicando um nível alto de desigualdade. Fatores históricos, econômicos e sociais contribuem para essa situação, incluindo a concentração de riqueza e diferenças regionais acentuadas segundo Ferreira e Vieira (2011).

Tabela 3 – Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano Brasil e Santa Catarina (2018 a 2023).

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	0,545	0,544	0,524	0,544	0,518	0,518
Santa Catarina	0,417	0,421	0,412	0,424	0,419	0,418

Fonte: elaborado pela autora com dados do PNADC/IBGE.

A Tabela 4 apresenta como os rendimentos das famílias no Brasil e em Santa Catarina se distribuíam em 2008 e 2018, tanto para o conjunto total dessas famílias quanto para aquelas cujos rendimentos se limitavam a dois SMs.

Considerando as principais fontes de rendimento, vê-se que, em 2018, para a totalidade das famílias do estado, 58,5% dos rendimentos eram provenientes do trabalho, principalmente como empregado (39,8%) e trabalho por conta própria

(12,8%). As transferências, principalmente da Previdência Social, corresponderam a 11,8%, e os rendimentos não monetários perfizeram 14,9%. Para o conjunto total da população brasileira, os rendimentos em 2018 foram próximos aos de Santa Catarina, com 57,5% vindo do trabalho; 19,5% de transferências; e 14,5% de rendimentos não monetários.

Entre as famílias de Santa Catarina com renda total até dois SMs, as alterações de uma POF a outra são mais acentuadas quando comparadas ao total. Nesse grupo mais empobrecido, em 2008, os rendimentos do trabalho representavam 40,6%; as transferências, 26,5%; e o rendimento não monetário, 31,9%. No ano de 2018, os rendimentos do trabalho reduziram para 37,7%, ao passo que as transferências aumentaram para 30%, com destaque para a Previdência (22,6%).

Essas maiores variações de renda entre os estratos mais pobres evidenciam a necessidade de abordagens diferenciadas e específicas para lidar com os desafios enfrentados por essas famílias. Um estudo conduzido por Anschau, Matsuo e Segall-Corrêa (2012) sugere que a vulnerabilidade à insegurança alimentar é mais evidente em domicílios de baixa renda, caracterizados por escassez de recursos alimentares ou acesso limitado a eles. No entanto, essa associação entre insegurança alimentar e baixos rendimentos familiares nem sempre é clara, pois muitos domicílios com renda acima da linha de pobreza⁸ (US\$ 5,50 por dia) também são classificados em condição de insegurança alimentar e vice-versa. Isso sinaliza a necessidade de utilizar indicadores adicionais além dos rendimentos familiares para identificar e corrigir desigualdades na distribuição de benefícios.

É importante destacar que, nos dois períodos analisados, houve uma diferença maior na participação dos programas sociais federais entre o Brasil e Santa Catarina. Em 2008, essa diferença foi de 6,3% para o Brasil e 1,4% para Santa Catarina, enquanto em 2018 foi de 7,0% para o Brasil e 2,0% para Santa Catarina, indicando uma maior dependência de aposentadorias, pensões e benefícios sociais no contexto nacional.

Os resultados demonstram que apesar da transferência de renda, uma parcela significativa das famílias permaneceu em situação de insegurança alimentar. Essa realidade pode ser atribuída à extrema vulnerabilidade social enfrentada por

⁸ O Banco Mundial registra várias outras linhas de pobreza, incluindo 3,20 dólares por dia - correspondentes às condições dos países de rendimento médio-baixo - e 5,50 dólares por dia para os países de rendimento médio-alto (World Bank, 2020).

essa população que, mesmo com o auxílio financeiro, continua a enfrentar dificuldades para ter uma alimentação adequada.

Tabela 4 – Distribuição de rendimentos e variação patrimonial por origem e em % – Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018).

Origem dos rendimentos	2008				2018			
	Brasil		Santa Catarina		Brasil		Santa Catarina	
	Total	Até 2SMs	Total	Até 2SMs	Total	Até 2SMs	Total	Até 2SMs
Rendimento total e variação patrimonial em R\$	2.763,53	544,30	3.335,53	538,25	5.426,70	1.254,07	5.931,20	1.347,20
<i>Rendimento total em %</i>	95,6	99,3	93,3	99,3	93,8	98,6	94,5	98,7
Rendimento do trabalho	61,1	46,3	61,5	40,6	57,5	41	58,5	37,7
Rendimento do trabalho - empregado	43,2	31,5	41,1	28,1	39,7	27,3	39,8	27
Rendimento do trabalho - empregador	5,6	0,2	6,2	0,2	6,7	0,4	5,9	0,3
Rendimento do trabalho - conta própria	12,3	14,6	14,2	12,4	11	13,3	12,8	10,4
Transferência	18,5	26,7	14,1	26,5	19,5	28,6	18,7	30
Transf. - aposentadoria, pensão do INSS	10,2	15,5	9,2	21	10,7	15,7	11,8	22,6
Transf. - aposentadoria, pensão da previdência pública	4,7	0,9	2,4	0,6	5	0,8	4,2	0,8
Transf. - aposentadoria, pensão da previdência privada	0,7	0	0,4	-	0,7	0	0,7	0,1
Transf. - programas sociais federais	0,7	6,3	0,1	1,4	1	7,6	0,2	2
Transf. - pensão alimentícia, mesada ou doação	1,5	2,9	1,1	2,6	0,9	2,2	0,8	2,4
Transf. - outras transferências	0,7	1	0,9	0,8	1,1	2,2	1,1	2,1
Rendimento de aluguel	1,7	0,3	1	0,2	1,6	0,3	1,8	0,5
Outras rendas	1,6	0,3	3,9	0,1	0,7	0,6	0,6	0,9
Rendimento não monetário	12,8	25,8	12,8	31,9	14,5	28	14,9	29,8
Variação do ativo	4,4	0,7	6,7	0,7	6,2	1,4	5,5	1,3

Fonte: elaborado pela autora com dados do POF/IBGE.

4.4 Despesas das famílias e gastos com alimentos

Os dados da POF abrangem todas as despesas totais das famílias, tanto monetárias quanto não monetárias, que incluem despesas correntes como consumo e outras despesas. As despesas de consumo são subdivididas em categorias específicas, que refletem os diferentes gastos das famílias. Na Tabela 5, pode-se observar a distribuição dessas despesas por tipo, comparando as proporções entre

Santa Catarina e o Brasil, especialmente focando nas famílias de menor renda, conforme registrado na POF de 2008-2009 e 2017-2018.

Os resultados evidenciam que, tanto para o conjunto de famílias em Santa Catarina quanto para o Brasil, às despesas relacionadas à habitação representavam a maior parcela dos gastos, tanto em 2008 (29,2% para o Brasil e 28,6% para Santa Catarina) quanto em 2018 (29,6% para o Brasil e 29,9% para Santa Catarina). Essas proporções mantiveram-se praticamente estáveis de uma POF para outra, e em ambos os casos, os gastos com aluguel abarcaram quase metade desse indicador. Especificamente entre as famílias com menor renda (rendimento total de até dois SMs), as despesas com habitação foram maiores em 2008: 37,2% para o Brasil e 39,5% para Santa Catarina. Em 2018, esse percentual aumentou para 39% no Brasil e 42% em Santa Catarina, indicando que estas famílias comprometeram a maior parte de sua renda com os custos de moradia.

Em 2018, as despesas médias das famílias em Santa Catarina com habitação em valores reais⁹ (R\$ 1.474,04) representavam 7% a mais que as despesas médias do Brasil (R\$ 1.377,14). Entre as famílias que pertencem ao menor estrato de renda, as despesas médias com habitação do Brasil (R\$ 585,91) foram 33% menores que o indicador correspondente para Santa Catarina (R\$ 779,32). As famílias de menor renda alocaram uma parcela ainda maior de seu dinheiro para despesas de moradia. Esses números destacam a vulnerabilidade econômica dessas famílias, mostrando como os altos custos de moradia impactam em seus orçamentos.

Os dados apontam que as despesas com habitação mantiveram-se estáveis para o conjunto total das famílias entre 2008 e 2018, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina, sugerindo que a demanda por habitação não é uma necessidade que varia em resposta à mudanças no preço ou na renda.

Os gastos relacionados à alimentação foram a segunda maior despesa das famílias. Em Santa Catarina, tanto em 2008 quanto em 2018, os gastos com alimentos mantiveram-se como a segunda maior parcela no *ranking* de despesas, aumentando de 13,4% para 14,2% ao longo desse período.

Para famílias com renda de até dois SMs, esses gastos representaram, respectivamente no Brasil e em Santa Catarina, 27,8% e 20% do total de despesas em 2008, reduzindo-se para 22% e 19,3% em 2018. Em 2008, os níveis de

⁹ É importante considerar as diferenças reais entre as famílias em Santa Catarina e no Brasil ao comparar suas capacidades de consumo, e não se concentrar apenas nos percentuais, para evitar interpretar de forma equivocada que todos têm a mesma capacidade de consumo.

despesas com alimentação entre as famílias com renda de até dois SMs no Brasil e em Santa Catarina, foram próximos em termos reais, totalizando R\$ 207,15 e R\$ 220,27, respectivamente. Já em 2018, essa diferença aumentou, chegando a R\$ 329,84 no Brasil e R\$ 358,42 em Santa Catarina.

Entre a POF de 2008 e de 2018, as despesas de transporte apresentaram variação tanto no Brasil como em Santa Catarina. Para o conjunto total das famílias no Brasil, a participação das despesas de transporte no orçamento total das famílias passou de 16% em 2008 para 14,6% em 2018, representando uma redução de 8,8%. Para as famílias com renda de até dois SMs, a redução foi menor, passando de 9,7% para 9,5%.

Para o conjunto total das famílias em Santa Catarina, as despesas de transporte apresentaram uma redução mais acentuada, quando comparada ao Brasil, passando de 19% para 17,1%. Entre as famílias em Santa Catarina, com renda de até dois SMs, a redução foi ainda maior, de 14,2% para 11,3%, o que representa uma redução 20,4%.

Os gastos com habitação e alimentação constituíam a maior parte das despesas familiares, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina. Entre 2008 e 2018, a proporção agregada dessas duas despesas em relação ao total de despesas aumentou. Em 2008, essas despesas representavam 65% do total no Brasil e 59,5% em Santa Catarina. Em 2018, esses números foram de 61% no Brasil e 61,5% em Santa Catarina.

A análise da renda dos domicílios revela que seu impacto é maior nas famílias com renda de até dois SMs, especialmente nos gastos com alimentação, habitação e transporte. Isso indica que essas famílias dedicam a maior parte de seu orçamento ao atendimento de necessidades básicas, uma conclusão também identificada por Almeida e Freitas (2007) e Galvão (2015). Além disso, Almeida e Freitas (2007) destacam que, entre os mais pobres, até 72% do orçamento é consumido por moradia e alimentação, com os gastos com transporte sendo especialmente altos em áreas rurais.

Se incluirmos os gastos com assistência à saúde, a participação total desses três itens - habitação, alimentação e assistência à saúde - correspondeu a 70,5% das despesas totais das famílias no Brasil e a 66,6% em Santa Catarina em 2008. Em 2018, essa soma foi semelhante entre as localidades, representando 66,9% no Brasil e 66,3% em Santa Catarina.

Entre 2008 e 2018, os gastos com assistência à saúde aumentaram no Brasil de 5,5% para 5,9%, enquanto em Santa Catarina houve uma redução de 7,1% para 5%. Este cenário é ainda mais complexo quando consideramos as famílias com renda de até dois SMs, onde os gastos médios com medicação representaram a maior parte dessas despesas, conforme observado por Silveira *et al.* (2002).

Tabela 5 – Distribuição das despesas das famílias, por renda e em % – Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018).

Tipos de despesa	2008				2018			
	Brasil		Santa Catarina		Brasil		Santa Catarina	
	Tota l	Até 2 SMs	Tota l	Até 2 SMs	Tota l	Até 2 SMs	Total	Até 2 SMs
1Despesa total	100	100	100	100	100	100	100	100
2.1.1Alimentação	16,1	27,8	13,4	20	14,2	22	14,2	19,3
2.1.2Habitação	29,2	37,2	28,6	39,5	29,6	39	29,9	42
2.1.2.1Aluguel	12,8	17,5	12,6	19,2	15,1	20,5	15,5	22,9
2.1.2.3.1Energia elétrica	2,3	3,5	2,1	3,9	2,5	4,4	2,8	4,6
2.1.2.3.5Gás doméstico	0,8	2,1	0,5	1,1	0,8	2,2	0,6	1,3
2.1.2.3.6Água e esgoto	0,9	1,6	0,7	1,5	1	1,9	1,1	2,1
2.1.4Transporte	16	9,7	19	14,2	14,6	9,5	17,1	11,3
2.1.6Assistência à saúde	5,9	5,5	4,6	7,1	6,5	5,9	6	5
2.1.6.1Remédios	2,8	4,2	2,2	4,8	2,9	4,2	3,1	3,6
2.1.6.2Plano/Seguro saúde	1,7	0,3	0,9	0,2	2,1	0,4	0,9	0,4
2.1.6.3Consulta e tratamento dentário	0,3	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2	0,4	0,1
2.1.6.4Consulta médica	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4
2.1.7Educação	2,5	0,9	2,1	0,8	3,8	1,9	2,5	1,6

Fonte: elaborado pela autora com dados do POF/IBGE.

Quanto ao padrão de compra de alimentos, os dados da Tabela 6 fornecem informações sobre a proporção das despesas e examinam as variações e mudanças na composição média da cesta de produtos alimentícios consumidos pelas famílias em Santa Catarina e no Brasil ao longo de uma década, de 2008 a 2018.

Nessa comparação, observa-se um aumento nas despesas com a alimentação no domicílio das famílias em Santa Catarina. Em 2008, essas despesas representavam 70,5% do total gasto com alimentação e, em 2018, aumentaram para 72%. No Brasil, houve uma redução de 68,9% para 67,2%. Proporcionalmente, as despesas com alimentação no domicílio cresceram menos para as famílias no Brasil do que em Santa Catarina entre 2008 e 2018. Em 2018, as famílias mais pobres de Santa Catarina comprometeram uma proporção maior de sua renda com alimentação no domicílio. Em termos absolutos, as diferenças foram notavelmente

maiores: o gasto médio das famílias mais pobres de Santa Catarina aumentou 67,2%, enquanto no Brasil o aumento foi de 52,6%.

De acordo com Mascarenhas *et al.* (2024), o consumo alimentar fora do domicílio no Brasil tem se tornado elemento importante na composição das despesas das famílias, influenciado por fatores como as condições de trabalho, a renda disponível, as atividades de lazer e turismo, além da estrutura familiar. Ademais, podem existir variações regionais e diferenças conforme a localização do domicílio seja em áreas urbanas ou rurais. Essas diferenças regionais foram apontadas por Geiger (1973 *apud* Mascarenhas *et al.*, 2024) como fatores estruturais relacionados ao processo de industrialização e à concentração das atividades produtivas em certas regiões do país.

As escolhas alimentares das famílias, especialmente aquelas com menor renda, são fortemente influenciadas por fatores econômicos, além de fatores biológicos, sociais e culturais. Pesquisas indicam que dietas ricas em frutas e hortaliças são mais caras, levando famílias de baixa renda a consumir dietas menos nutritivas e mais densas em energia (Drewnowski, 2004 *apud* Claro; Monteiro, 2010).

Tabela 6 – Distribuição das despesas das famílias com alimentação, por renda e em % – Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018).

Tipos de despesa	2008				2018			
	Brasil		Santa Catarina		Brasil		Santa Catarina	
	Total	Até 2SM	Total	Até 2SM	Total	Até 2SM	Total	Até 2SM
1.Despesas com alimentação	100	100	100	100	100	100	100	100
2.Alimentação no domicílio	68,9	82,8	70,5	79,8	67,2	79,4	72,4	82
2.1.1Arroz	3,2	6,3	1,4	2,9	1,9	3,9	1,1	1,3
2.1.2Feijão	1,9	3,9	0,8	1,4	0,9	1,8	0,5	0,5
2.2.1Macarrão	0,8	1,4	0,8	1,8	0,7	1,1	0,8	0,9
2.2.2Farinha de trigo	0,4	0,5	1	2,6	0,2	0,2	0,6	0,8
2.2.3Farinha de mandioca	0,5	1,5	0,1	0,2	0,4	1	0,1	0,2
2.3.1Batata inglesa	0,4	0,4	0,5	0,3	0,4	0,5	0,6	1,3
2.3.2Cenoura	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
2.3.3Mandioca	0,1	0,2	0,4	0,5	0,1	0,2	0,3	0,2
2.4Açúcares e derivados	3,2	3,6	4,3	4	3	3,1	4,3	4,7
2.5Legumes e verduras	2,3	2,4	2,2	2	2,4	2,7	2,3	3,4
2.6Frutas	3,2	2,6	3,3	2,6	3,5	3,3	4	8,8
2.7.1Carne de boi de primeira	4	3,1	4,6	3,6	3,7	2,8	4	2,1
2.7.2Carne de boi de segunda	3	4,6	3,5	3,6	2,5	3,7	2,7	3,9
2.7.3Carne de suíno	0,7	0,6	1	1,7	1,2	1,4	1,4	1,2
2.7.4Carnes e peixes industrializados	3,4	3,8	3,3	4,5	2,9	3,5	3,1	3,6

2.7.5Pescados frescos	1,2	2,2	0,6	0,1	1,1	2,2	0,5	0,1
2.8.1Frango	3,8	6,1	3,2	4,7	3,8	6,6	3,3	4,2
2.8.2Ovo de galinha	0,8	1,4	0,8	0,7	1,1	1,6	1,2	1,4
2.9Leites e derivados	7,9	7,6	8,5	8,2	7,1	7,1	8,3	9,8
2.10.1Pão francês	7,2	8,4	7,9	5,5	2,8	4	2,1	3,9
2.11Óleos e gorduras	1,6	2,4	1,3	2,4	1,1	1,4	1,1	1,3
2.12.1Café moído	6,7	6,2	8,3	9,2	1,5	2,4	1,6	2,3
2.13Enlatados e conservas	0,6	0,5	0,9	0,3	0,6	0,5	0,8	0,5
3Alimentação fora do domicílio	31,1	17,2	29,5	20,2	32,8	20,6	27,6	18

Fonte: elaborado pela autora com dados do POF/IBGE.

Ao observar os 10 itens que mais impactaram nas despesas das famílias ao longo do tempo e entre o Brasil e Santa Catarina, nota-se que esses itens permanecem praticamente os mesmos nos dois períodos. As exceções notáveis foram o frango, que em 2018 teve um impacto maior no consumo total das famílias em Santa Catarina, e as frutas, que afetaram principalmente as famílias com renda de até dois SMs.

Em 2008, o item leites e derivados apresentou uma importância expressiva nas despesas em Santa Catarina, tanto para o conjunto total das famílias quanto para famílias com renda até dois SMs. Em 2018, apesar de uma leve redução no total, de 8,5% para 8,3%, houve um aumento considerável na despesa para famílias com renda até dois SMs, passando de 8,2% para 9,8%. No Brasil, para o conjunto total das famílias, as despesas com este item caíram de 7,9% para 7,1% no total, mantendo-se constantes para renda até dois SMs em 7,1%.

Apesar da variação do leite e derivados nas despesas das famílias nos diferentes períodos, a figura 2 demonstra que o consumo desse item foi significativamente mais elevado em Santa Catarina do que no Brasil.

Zoccal (2012) afirma que o consumo de leite está diretamente ligado à renda da população, demonstrando aumento conforme a renda familiar cresce. Ainda segundo a autora, a Região Sul do Brasil se destaca com maior consumo de laticínios no país, inclusive superando o consumo médio das famílias de maior renda em outras regiões. Esse destaque pode ser atribuído a alguns fatores, dentre eles, o fato de a Região Sul ser uma das maiores produtoras de leite do Brasil, o que pode resultar em uma maior disponibilidade e variedade de produtos lácteos na região. Além disso, o leite e derivados são produtos altamente perecíveis, o que pode comprometer sua qualidade ao transportar para outras regiões do país.

Em 2008, o pão francês e o café moído tiveram impacto tanto no Brasil quanto em Santa Catarina. No entanto, em 2018, sua relevância caiu drasticamente nas duas regiões, tanto para o conjunto total das famílias quanto para aquelas com renda até dois SMs, refletindo mais uma mudança no preço relativo desses alimentos ao longo do tempo, do que nos padrões de consumo conforme observado no Gráfico 2.

O frango mostrou-se um item de despesa consistente ao longo do tempo. No Brasil, as despesas com frango mantiveram-se em 3,8% para o conjunto total das famílias, enquanto para as famílias com renda até dois SMs, houve um aumento de 6,1% para 6,6%. Em Santa Catarina, o frango aumentou ligeiramente de 3,2% em 2008, para 3,3% em 2018 para o total das famílias, enquanto para as famílias com renda até dois SMs houve uma redução de 4,7% em 2008 para 4,2% em 2018.

As carnes de boi de primeira e de segunda também apresentaram variações. No Brasil, para o conjunto total das famílias, as despesas com a carne de boi de primeira caíram de 4,0% para 3,7% e de 3,1% para 2,8% para aquelas com renda até 2SM. Em Santa Catarina, a queda foi de 4,6% para 4,0% para o total e de 3,6% para 2,1% para renda até 2SM. Para a carne de boi de segunda, as despesas no Brasil caíram de 3,0% para 2,5% no total e de 4,6% para 3,7% para famílias com renda até 2SM, enquanto em Santa Catarina, a despesa manteve-se estável de 3,5% para 2,7% no total, mas aumentou de 3,6% para 3,9% para renda até 2SM.

As frutas aumentaram sua participação, principalmente em Santa Catarina, com um crescimento de 3,3% para 4,0% no conjunto total e de 2,6% para 8,8% entre as famílias com renda de até dois SMs. Além disso, conforme a figura 2, entre os dez itens que mais impactaram as despesas das famílias, as frutas foram um dos poucos alimentos cujo consumo aumentou no período analisado.

A tradicional combinação de arroz e feijão na dieta brasileira apresentou redução no impacto das despesas das famílias tanto no Brasil quanto em Santa Catarina. Apesar de ser uma das dez principais escolhas de consumo, houve uma redução no consumo desses alimentos, assim como da carne bovina e do frango, entre os dois períodos analisados. Isso é particularmente preocupante para essa combinação, um importante indicador de uma alimentação saudável no país, presente na dieta diária da população (Rodrigues *et al.*, 2021).

Tabela 7 – Ranking dos 10 alimentos que mais impactaram as despesas das famílias, por renda e em %– Brasil e Santa Catarina (2008 e 2018).

Alimentos	2008				2018			
	Brasil		Santa Catarina		Brasil		Santa Catarina	
	Total	2SM	Total	2SM	Total	2SM	Total	2SM
Leites e derivados	7.9	7.6	8.5	8.2	7.1	7.1	8.3	9.8
Pão francês	7.2	8.4	7.9	5.5	2.8	4.0	2.1	3.9
Café moído	6.7	6.2	8.3	9.2	1.5	2.4	1.6	2.3
Frango	3.8	6.1	3.2	4.7	3.8	6.6	3.3	4.2
Carne de boi de segunda	3.0	4.6	3.5	3.6	2.5	3.7	2.7	3.9
Frutas	3.2	2.6	3.3	2.6	3.5	3.3	4.0	8.8
Feijão	1.9	3.9	0.8	1.4	0.9	1.8	0.5	0.5
Carnes e peixes industrializados	3.4	3.8	3.3	4.5	2.9	3.5	3.1	3.6
Açúcares e derivados	3.2	3.6	4.3	4.0	3.0	3.1	4.3	4.7
Arroz	3.2	6.3	1.4	2.9	1.9	3.9	1.1	1.3
Carne de boi de primeira	4.0	3.1	4.6	3.6	3.7	2.8	4.0	2.1

Fonte: elaborado pela autora com dados do POF/IBGE.

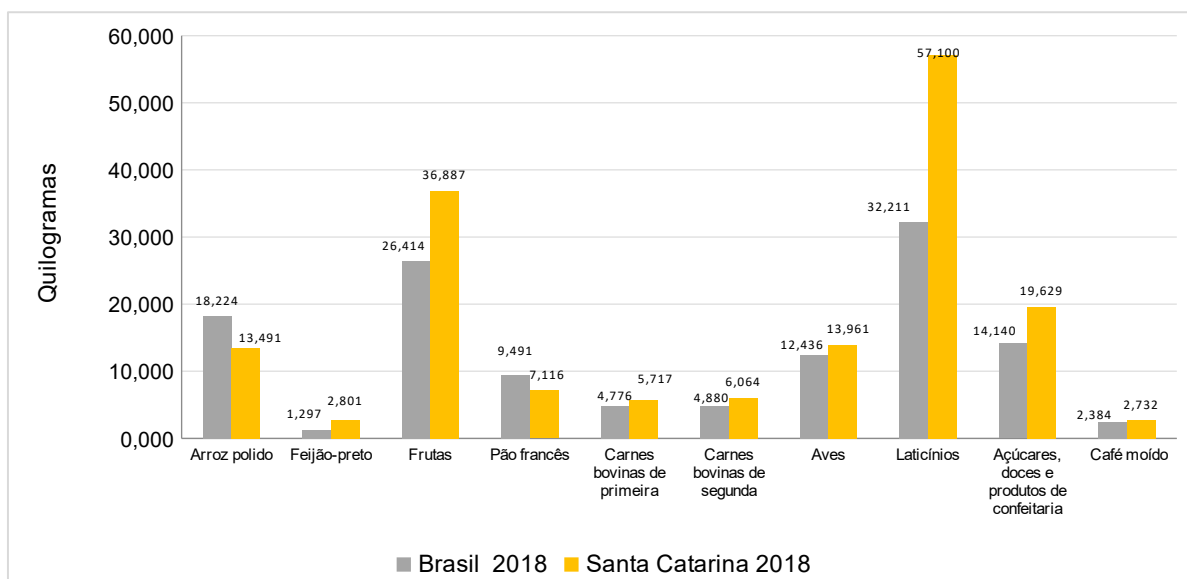
Os dados da Tabela 7, relacionados com o Gráfico 2, implicam que o aumento nos preços dos alimentos, especialmente aqueles que compõem a cesta básica, tem um impacto adverso na segurança alimentar das famílias, principalmente as de menor renda. Dado que os preços são mais variáveis do que a renda, o aumento dos preços acaba por comprometer o poder de compra das famílias, o que conseqüentemente afeta a capacidade de adquirir alimentos (Rodrigues; Costa, 2022).

De acordo com Headey e Martin (2016) e Jolliffe *et al.* (2018):

Quando os preços dos alimentos aumentam, as famílias mais pobres, que gastam grande parte de sua renda com esses itens, são forçadas a reduzir a qualidade e as quantidades de alimentos consumidos, o que pode aumentar a insegurança alimentar no nível familiar. (Headey; Martin, 2016; Jolliffe *et al.*, 2018 *apud* Rodrigues; Costa, 2022).

Essas situações comprometem a segurança alimentar dos membros da família, especialmente em longo prazo.

Além de um controle mais eficaz dos preços dos alimentos, o acesso a terra e a capacidade de produzir alimentos de forma autossuficiente são essenciais para reduzir a insegurança alimentar, pois diminuem a dependência do mercado e reduzem os impactos das oscilações nos preços.

Gráfico 2 – Aquisição alimentar per capita anual (quilogramas) Brasil e Santa Catarina (2018).

Fonte: elaborado pela autora com dados do POF/IBGE.

4.5 Impactos da estrutura fundiária na produção de alimentos

A divisão de terras no Brasil e em Santa Catarina apresenta características históricas e culturais únicas, marcadas por contextos distintos de ocupação e políticas agrárias. No Brasil ela é marcada por uma história de políticas excludentes que favoreceram a elite agrária, resultando em uma estrutura fundiária concentrada e desigual. Em contraste, Santa Catarina apresenta um modelo mais equilibrado, influenciado por uma colonização que promoveu a ocupação por pequenas propriedades familiares.

A história da divisão de terras no Brasil remonta ao período colonial, com a introdução do sistema de sesmarias em 1530, que visava à distribuição de grandes áreas de terras para cultivo e exploração. Este sistema persistiu até 1822, quando foi substituído pela Lei de Terras de 1850. Esta lei tinha como objetivo consolidar a grande propriedade rural, restringindo a aquisição de terras públicas somente por compra, dificultando o acesso dos pequenos cultivadores (Hoffmann, 2007).

Durante o século XIX, o Brasil optou por políticas que favoreciam a elite agrária, ao contrário de países como os Estados Unidos, que, com o Homestead Act de 1862, facilitava o acesso a terra para pequenos agricultores (Hoffmann, 2007). Esta concentração fundiária resultou em uma distribuição desigual das terras, um problema que persiste até os dias atuais (Reydon, 2014).

No contexto mais amplo do Brasil, a Lei de Terras de 1850 teve como consequência a concentração fundiária e a transformação da terra em mercadoria. No entanto, em regiões de colonização europeia, como Santa Catarina, houve uma tendência à formação de pequenas propriedades agrícolas, o que permitiu um desenvolvimento mais igualitário e sustentável (Cesco, 2010).

O estado de Santa Catarina, ao contrário do cenário nacional, tem uma história de colonização mais voltada para a ocupação por pequenas propriedades familiares. A colonização sistemática por imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, resultou em uma estrutura fundiária mais fragmentada e equitativa. Em 2017, Santa Catarina apresentava o menor índice de Gini da distribuição de terras do Brasil, indicando menor desigualdade na posse de terras (Hoffmann, 2020).

Enquanto no Brasil, os grandes latifúndios são predominantes, em Santa Catarina, a predominância é das pequenas propriedades, o que favorece uma economia agrícola mais diversificada e sustentável (Talaska, 2017). Além disso, a forte presença de imigrantes europeus em Santa Catarina trouxe técnicas agrícolas e uma cultura de cooperativismo que ainda hoje impacta positivamente a economia rural do estado (Cesco, 2010).

A chegada dos imigrantes italianos e alemães no século XIX moldou a distribuição de terras e o desenvolvimento agrícola no estado. Os italianos se estabeleceram principalmente no sul, enquanto os alemães ocuparam regiões como o Vale do Itajaí e o nordeste de Santa Catarina. Essas comunidades formaram pequenas propriedades rurais, diferindo de outras regiões do Brasil (Castro, 1997).

A agricultura em Santa Catarina se desenvolveu através da derrubada de florestas para criação de terrenos cultiváveis, inicialmente para subsistência e posteriormente para produção comercial. A presença de colonos agricultores permitiu a introdução de culturas variadas e adaptadas ao clima e relevo locais, como milho, feijão e cana-de-açúcar (Cesco, 2010). A produção familiar voltada para o mercado tem sido essencial para o crescimento econômico regional, gerando renda tanto para o comércio quanto para o auto abastecimento (Milverstet; Fachinello, 2019).

De acordo com o IBGE (2016a), cerca de 70% da produção agrícola em Santa Catarina, em 1995, ocorreu em áreas menores que 50 hectares. Conforme

Testa *et al.* (1996), a produção familiar diversificada, orientada para o mercado, tornou-se o alicerce do crescimento econômico regional.

O uso da terra na agricultura familiar em Santa Catarina desempenhou um papel essencial no desenvolvimento social e na prevenção da fome. As pequenas propriedades permitiam aos agricultores serem donos de suas terras, promovendo a independência econômica e social. A produção agrícola não apenas atendia às necessidades locais de subsistência, mas também contribuía para a economia local através da venda de excedentes. Esse modelo agrícola ajudou a manter uma população rural estável e autossuficiente, reduzindo a pobreza e a fome (Cesco, 2010).

A agricultura familiar também tem um papel crucial no combate à fome, pois é responsável por uma parte da produção de alimentos básicos consumidos no país. Ao garantir a diversificação das culturas e a produção local de alimentos, a agricultura familiar ajuda a mitigar os impactos da fome, especialmente em regiões mais vulneráveis. Essa modalidade de produção não apenas fortalece a segurança alimentar local, mas também contribui para a distribuição de alimentos de maneira mais equitativa, reduzindo a insegurança alimentar e promovendo o acesso a uma dieta diversificada (Chimello, 2010).

Diante do exposto, é evidente que as disparidades na divisão de terras entre o Brasil e Santa Catarina refletem trajetórias históricas distintas, que influenciam diretamente o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Enquanto o Brasil, como um todo, ainda enfrenta os desafios impostos por uma estrutura fundiária concentrada e desigual, Santa Catarina se destaca pelo modelo de pequenas propriedades familiares, que não apenas promoveu uma economia agrícola mais sustentável, mas também contribuiu para uma sociedade rural mais equitativa e resiliente, evidenciando que a agricultura familiar é fundamental não somente na mitigação da fome, mas também na construção de um modelo de desenvolvimento regional mais equilibrado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a segurança alimentar em Santa Catarina, comparando-a com o cenário nacional. Os resultados mostram que, apesar do avanço no debate sobre segurança alimentar, a insegurança alimentar persiste, influenciada por fatores socioeconômicos.

A pesquisa sugere que a segurança alimentar não depende apenas da renda, embora essa seja um fator crucial. O acesso à terra e à distribuição de recursos são igualmente importantes para garantir a estabilidade alimentar. Santa Catarina, com uma estrutura agrária mais equilibrada e um desenvolvimento econômico robusto, tem resistido a retrocessos mais significativos em comparação ao Brasil. No entanto, cerca de 11,2% das famílias catarinenses ainda sofrem com algum nível de insegurança alimentar, evidenciando a persistência da desigualdade e da pobreza.

Essa realidade destaca as contradições do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, que favorece a produção de commodities para exportação em detrimento da produção de alimentos básicos para o consumo interno. A concentração de terras e o incentivo à monocultura limitam o acesso a uma alimentação diversificada e nutritiva. Em contraste, Santa Catarina, ao promover a agricultura familiar e a produção local, contribui para melhores resultados na segurança alimentar, embora enfrente desafios estruturais.

A insegurança alimentar deve ser vista como um fenômeno complexo que envolve a distribuição de terras, o acesso a recursos naturais e as políticas públicas. A teoria das capacidades de Amartya Sen ressalta que a fome resulta não apenas da escassez de alimentos, mas da incapacidade das pessoas de acessar esses recursos. Essa análise é particularmente relevante em Santa Catarina e no Brasil, onde a abundância agrícola contrasta com a falta de acesso contínuo a alimentos.

Nesse contexto, a segurança alimentar deve ser entendida como uma questão de justiça social, que vai além do simples acesso a alimentos. É fundamental transformar as condições estruturais que perpetuam a insegurança alimentar e a desigualdade, o que inclui a redistribuição de terras, o fortalecimento das políticas de proteção social e a promoção de um desenvolvimento rural sustentável.

A segurança alimentar é fundamental para a estabilidade social e econômica, funcionando como um motor para o desenvolvimento econômico. Este, por sua vez, reforça a segurança alimentar, criando um ciclo positivo em que melhorias nas condições alimentares podem impulsionar o crescimento econômico. Em contrapartida, um ambiente econômico favorável assegura o acesso contínuo a alimentos adequados, essencial para a qualidade de vida da população.

Embora Santa Catarina apresente índices melhores que a média nacional, com uma distribuição de renda e terras mais equitativa e uma base produtiva diversificada, o estado ainda enfrenta desafios, especialmente para populações vulneráveis, como famílias de baixa renda.

Nesse contexto, este trabalho enfatiza a importância de uma abordagem intersetorial e integrada à segurança alimentar, que leve em consideração as particularidades regionais e as desigualdades socioeconômicas existentes. A prioridade deve ser o direito humano à alimentação adequada, cuja garantia demanda políticas que não apenas aumentem a produção de alimentos, mas também assegurem o acesso equitativo e sustentável a esses recursos.

Apesar de o estudo ter se concentrado nas dimensões de renda e nas despesas com alimentação, a pesquisa encontrou lacunas significativas em dados atualizados, o que limita a profundidade da análise realizada. Contudo, apesar dessas limitações, é possível sugerir, em primeiro lugar, que pesquisas futuras incluam a análise do impacto das mudanças climáticas na segurança alimentar em Santa Catarina. Em segundo, recomenda-se investigar a relação entre a distribuição de terras e a segurança alimentar no estado, considerando a ligação direta da posse da terra com o acesso a alimentos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. G. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 137-144, jan. 2001.
- ALMEIDA, A. N.; FREITAS, R. E. Famílias com idosos nas áreas urbana e rural: análise do dispêndio a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003. *In*: SILVEIRA, F. G. *et al.* (org.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2.
- AMARAL, V. R.; BASSO, D. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **Colóquio**, [s. l.], v. 1, p. 181-200, 2016.
- AMITRANO, C. R.; ARAUJO, M. M. Nota de conjuntura 27. **Carta de Conjuntura**, [s. l.], v. 62, p. 1-44, 2024.
- ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 177-189, 2012.
- ARIEIRA, J. O. **Fundamentos do agronegócio**. [S. l.]: UNIASSELVI, 2017.
- ATHILA, A. R.; LEITE, M. S. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 10, p. e00208019, 2020.
- AZEVEDO, D. C. Vamos, sim, falar da fome!. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 488-497, set. 2022.
- BECENERI, L. B.; BRUSSE, G. P. L.; APARICIO, C. A. P. Uma análise espacial dos arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (1991-2010). **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 38, p. e0146, 2021.
- BEZERRA, M. S. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, out. 2020.
- BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 179, p. 1-2, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346. Acesso em: 4 de nov. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de políticas e programas do MDS**: resultados: segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Mapeamento da insegurança alimentar e nutricional com foco na desnutrição a partir da análise do Cadastro Único e do SISVAN**: estudo técnico. Brasília, DF: Caisan, 2016. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/estudo_tecnico_Mapalnsan.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

CANCIAN, V.; VIDIGAL, V. G.; VIDIGAL, C. B. R. Pobreza e desigualdade de renda nos municípios da região sul do Brasil: uma análise espacial. *In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL*, 16., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: [s. n.], 2013.

CARVALHO, R. E. S. *et al.* Validade do instrumento para triagem de domicílios em risco de insegurança alimentar em diversos estratos da população brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, p. e00239521, 2022.

CASTRO, J. **Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CLARO, R. M.; MONTEIRO, C. A. Renda familiar, preço de alimentos e aquisição domiciliar de frutas e hortaliças no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 6, p. 1014-1020, dez. 2010.

CORRÊA, A. M. S. Insegurança alimentar a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 21, n. 60, p. 143-154, maio 2007.

COSTA, L. V. *et al.* Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 373-394, ago. 2014.

COSTA, L. V. *et al.* Produtividade agrícola e segurança alimentar dos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 661-680, out. 2013.

DUTTA, I.; GUNDERSEN, C. Measures of food insecurity at the household level. *In: GUHA-KHASNOBIS, B.; ACHARYA, S. S.; DAVIS, B. (ed.). Food security: Indicators, measurement and the impact of trade openness*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ENES, C. C.; SILVA, M. V. Disponibilidade de energia e nutrientes nos domicílios: o contraste entre as regiões Norte e Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1267-1276, jul. 2009.

FÁVARO, T. *et al.* Segurança alimentar em famílias indígenas Terená, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 8, p. 1642-1650, 2007.

FERNANDES, J. N. O direito fundamental ao desenvolvimento sustentável. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [s. l.], v. 3, n. 3, 2008. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/125/124>. Acesso em: 15 out. 2023.

FERREIRA, L. M.; VIEIRA, P. A. Determinantes históricos da (des)igualdade em Santa Catarina. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 9.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 10., 2011, Curitiba. Anais [...].* Curitiba: [s. n.], 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, A. A. F. **Avaliação da segurança alimentar e nutricional nos municípios de Santa Catarina**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HOFFMANN, R. Elasticidades-renda das despesas e do consumo de alimentos no Brasil em 2002- 2003: gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 8, p. 1595-1605, ago. 2010.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 9, n. 24, p. 159-172, maio 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados do Brasil**. [S. l., 2023]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar: 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro : IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, jan. 2011.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 528-538, set. 2022.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 59-77, abr. 2010.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. Segurança alimentar e nutricional: uma perspectiva interdisciplinar e sua contribuição para as ciências humanas e ambientais. **Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 93-110, 2015.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, [s. l.], v. 4, p. 66-88, 1996.

MONDINI, L.; MONTEIRO, C. A.. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira (1962-1988). **Revista de Saúde Pública**, v. 28, n. 6, p. 433-439, dez. 1994.

MORAIS, D. C. *et al.* Nutritional indicators of food and nutrition security of families: 2008/2009 Household Budget Survey. **Revista de Nutrição**, [s. l.], v. 36, p. e220110, 2023.

MORAIS, D. C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. **Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional**. Viçosa: UFV; 2020. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Ebook-Atualiza%C3%A7%C3%B5es-e-debates-sobre-Seguran%C3%A7a-Alimentar-e-Nutricional-1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

OLIVEIRA, A. S. B. *et al.* Monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional: um olhar sobre as publicações oficiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 631-640, fev. 2022.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 31, n. 89, p. 75-88, jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo 2023: Urbanização, transformação dos sistemas agroalimentares e dietas saudáveis no continuum rural-urbano**. Roma: FAO, 2023. Disponível em <https://www.fao.org/documents/card/en?details=cc3017en>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial**. Roma: FAO, 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Experiência internacional com a escala de percepção da insegurança alimentar. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, DF, n. 2, 2005.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

ROCHA, N. C. **Curso básico de direito humano à alimentação e à nutrição adequadas**: módulo I: histórico e conceito do Dhana. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.

RODRIGUES, A. C.; COSTA, L. V. Impacto dos preços dos alimentos na segurança alimentar nos domicílios brasileiros durante 2017-2018. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 20., 2022, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: [s. n.], 2022.

RODRIGUES, R. M. *et al.* Evolução dos alimentos mais consumidos no Brasil entre 2008–2009 e 2017–2018. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, supl. 1, p. 4s, 2021.

SALLES-COSTA, R. *et al.* Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, [s. l.], v. 21, p. 99-109, 2008.

SALLES-COSTA, R. *et al.* **Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

SANTOS, L. P. *et al.* Comparação entre duas escalas de segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 279-286, jan. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, R. A.; LOPES DA SILVA, M. (eds.). **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do COVID-19: impactos e reflexões**. [S. l.: s. n., 2020].

SILVEIRA, F. G. *et al.* Os gastos das famílias com saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 719–731, 2002.

TORRES, H. G.; BICHR, R. M.; CARPIM, T. P. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos Estudos CEBRAP**, [s. l.], n. 74, p. 17-22, mar. 2006.

VALADARES, A. **Perfil da população rural na pesquisa de orçamentos familiares de 2017 a 2018 e a evolução dos dados de insegurança alimentar: uma análise preliminar: nota técnica**. [S. l.: s. n.], 2022.

WILSON, W. J. **When work disappears: The World of the new urban poor**. [S. l.]: Knopf, 1996.

ZOCCAL, R. **Panorama do leite 2012**. São Paulo: Embrapa Gado de Leite, 2012.

APÊNDICE A – Síntese das produções encontradas e selecionadas

(continua)

Autoria	Título	Revista	Método de avaliação IA/SAN	Local	Amostra	Objetivos	Resultado
Gubert <i>et al.</i> (2010).	Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros.	Cader nos de Saúde Pública, v. 26, n. 8, p. 1595-1605, ago. 2010.	EBIA -	Nacional	Censo de 2000	Estimar a prevalência de insegurança alimentar grave para os municípios brasileiros, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004.	As estimativas de insegurança alimentar grave geradas revelam grandes variações intra e interestaduais, na sua ocorrência. Existe uma concentração maior de municípios com prevalências elevadas de insegurança alimentar grave nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em contraste com as regiões Sul e Sudeste, que apresentam a maior parte de seus municípios com baixas e médias exposições à insegurança alimentar.
Giardi <i>et al.</i> (2023).	Prevalência e Fatores Associados à Insegurança	Epitaxia E-Books, v. 1, n. 27, p. 36-49, 2023.	EBIA -	Joinville	233 usuários de um restaurante popular,	Identificar a prevalência e os fatores associados à insegurança alimentar em usuários de um restaurante popular de	Por meio dessa pesquisa foi possível verificar a elevada prevalência de IA nos usuários de um RP de Joinville-SC e os fatores que estão associados

	Alimentar em Usuários de Um Restaurante Popular de Joinville, Santa Catarina.					Joinville, Santa Catarina.	a esta insegurança. Destaca-se que, além da elevada prevalência de IA identificou-se também grande número de usuários com excesso de peso.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	----------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Síntese das produções encontradas e selecionadas

(continuação)

Autoria	Título	Revista	Método de avaliação IA/SAN	Local	Amostra	Objetivos	Resultado
B usato <i>et al.</i> (2011).	Segurança alimentar e nutricional e as condições do ambiente em assentamento rural de Santa Catarina.	Alim. Nutr., v. 22, n. 4, p. 555-559, out./dez. 2011.	- EBIA - Questionário para coleta de dados sócio demográficos. - Roteiro para observação dos aspectos higiênicos sanitários.	Assentamento rural do município de Abelardo Luz/SC	14 famílias do assentamento Serra do Papuã II, em Abelardo Luz, Santa Catarina.	Conhecer a situação de segurança alimentar, a produção de alimentos e os aspectos relacionados às condições do ambiente, produção e armazenamento dos alimentos de um assentamento rural do município de Abelardo Luz (SC).	Os resultados do estudo indicam que todos os agricultores produzem os alimentos que utilizam na alimentação diária e comercializam o excedente para subsistência das famílias. A situação da segurança alimentar indica uma prevalência de 86% de insegurança alimentar leve. As demais famílias estão em situação de segurança alimentar. Considera-se que este índice está relacionado às baixas condições econômicas das famílias apesar da produção de alimentos para o autoconsumo.
Z anoni <i>et al.</i> (2023).	Insegurança alimentar	DEM ETRA: Alimentação,	- EBIA -	Criciúma/SC, em 2019	439 domicílios e 562 indivíduos	Verificar a prevalência de IA e seus fatores associados em	Participaram do estudo 439 domicílios e 562 indivíduos. A prevalência de IA foi de 25,8%,

	domiciliar em um município do sul do Brasil: estudo de base populacional.	Nutrição & Saúde, v. 18, 2023.	Características sócio demográficas e alimentares foram avaliadas como variáveis independentes			domicílios de um município do sul de Santa Catarina.	sendo maior nos domicílios com moradores entre 18 e 39 anos de cor parda e que realizavam 1-2 refeições diárias. Ademais, a renda apresentou tendência linear inversa com a IA, isto é conforme a diminuição da renda, maior a prevalência de IA domiciliar.
--	---------------------------------------------------------------------------	--------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Síntese das produções encontradas e selecionadas

(continuação)

Autoria	Título	Revisita	Método de avaliação IA/SAN	Local	Amostra	Objetivos	Resultado
Gabriel <i>et al.</i> (2022)	Perfil de segurança alimentar e nutricional em usuários adultos do sistema único de saúde de um município polo de Santa Catarina.	Revisita do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/ Saúde da Família / Universidade do Extremo Sul Catarinense.	- Quatro questionários, de marcadores de consumo alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (adaptado) - EBIA (adaptado)	Criciúma/SC	282 indivíduos	Avaliar o perfil de Segurança Alimentar e Nutricional em adultos usuários do sistema único de saúde de um município polo de Santa Catarina	A avaliação do estado nutricional apontou que 35% (84) encontra-se em sobrepeso, e 16,5% (40) estão com obesidade. A distribuição proporcional da população que testou positivo para covid-19, foi de 19,6% (47). Podemos perceber que 31,3% (75) dos entrevistados estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, visto que 68,7% (165) dos participantes encontram-se em segurança alimentar e nutricional.
Guedes <i>et al.</i> (2020).	Qual a situação de segurança alimentar e nutricional dos municípios catarinenses?	Revisita de Nutrição, v. 33, 2020.	Avaliação ocorreu por meio de uma matriz de análise e julgamento	Todos os municípios de Santa Catarina.		Apresentar a avaliação da situação de Segurança Alimentar e Nutricional do universo dos municípios de um estado brasileiro.	Dos 295 municípios, 65,4% foram avaliados como ruins ou regulares. A dimensão melhor avaliada foi Processos Permanentes de Educação, Pesquisa e Formação em Segurança Alimentar e Nutricional,

	Resultados de uma avaliação de múltiplas dimensões		pactuada em oficinas de consenso, com 7 dimensões, 11 subdimensões, 27 indicadores e 59 medidas.				seguida por Sistemas de Produção Agroecológica e Abastecimento Sustentáveis de Alimentos e Acesso Universal à Água. As dimensões de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, Acesso Universal à Alimentação Adequada e Avaliação e Monitoramento apresentaram os piores resultados. A dimensão de Povos e Comunidades Tradicionais não pode ser avaliada pela indisponibilidade de dados desagregados para o nível municipal.
--	----------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Síntese das produções encontradas e selecionadas

(conclusão)

A utoria	Títul o	Revi sta	Mét odo de avaliação IA/SAN	Lo cal	Am ostra	Objetivos	Resultado
Santos <i>et al.</i> (2022)	Esta do nutricional e fatores determinantes de segurança (in)	Research, Society and Development, v. 11, n. 8, 2022.	- Questionário semiestruturado - EBIA.	Chapeco/SC	52 Agentes de Combate a Endemias (ACE) do município de	Este estudo visou conhecer o perfil nutricional de Agentes de Combate a Endemias (ACE), avaliando o seu estado nutricional, seus hábitos alimentares e	Evidenciou-se a predominância de excesso de peso em 76,9% dos participantes. Quanto às preferências e ingestão alimentar, verificou-se um

	alimentar e nutricional de Agentes de Combate a Endemias do município de Chapecó, SC		- Para avaliação do estado nutricional foi realizada a antropometria.		Chapecó/SC	buscar fatores que determinem a (in) segurança alimentar e nutricional deste público.	consumo regular de cereais, leguminosas, carnes e ovos. O consumo de frituras, gorduras e doces se apresentou de forma reduzida e a ingestão de frutas, hortaliças, leite e derivados também indicou um baixo consumo. Ao todo, 53,8% dos ACE se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional. Constatou-se hábitos alimentares em desequilíbrio sendo mais regulares em alimentos ricos em proteínas e carboidratos
Li ma et al. (2023)	Entre a riqueza e a fome: condições para a promoção da segurança alimentar e nutricional nas capitais do sul do Brasil.		- Utilizou uma matriz de análise e julgamento composta por 7 dimensões, 11 subdimensões, 27 indicadores e 56 medidas	Ca pitais do sul do Brasil		A pesquisa foi conduzida com o objetivo de avaliar as condições para a promoção da segurança alimentar e nutricional nas três capitais da região Sul do Brasil.	As três capitais foram avaliadas como ruins em suas condições para a promoção da segurança alimentar e nutricional, sendo que Florianópolis e Porto Alegre apresentaram condições menos favoráveis em comparação com Curitiba. Destacaram-se negativamente nas três capitais, aspectos relacionados ao acesso universal à alimentação adequada e à água, aos sistemas de produção agroecológica e ao abastecimento sustentável de alimentos, e aos povos e

							comunidades tradicionais.
--	--	--	--	--	--	--	---------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

ANEXO A – Escala EBIA

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8 - Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?